Hamsa

Journal of Judaic and Islamic Studies

7 | 2021

**Visibility of Religious Difference in Medieval Europe
and the Mediterranean**

Para lá dos túmulos e da herança patronímica: práticas judaicas nas ilhas Cabo Verde

Zelinda Cohen

Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/hamsa/1345>

DOI: 10.4000/hamsa.1345

ISSN: 2183-2633

Editora

CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História Culturas e Sociedades da Universidade de Évora

Refêrencia eletrónica

Zelinda Cohen, «Para lá dos túmulos e da herança patronímica: práticas judaicas nas ilhas Cabo Verde», *Hamsa* [Online], 7 | 2021, posto online no dia 06 setembro 2021, consultado o 08 novembro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/hamsa/1345> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/hamsa.1345>

Este documento foi criado de forma automática no dia 8 novembro 2021.

Hamsa est mise à disposition selon les termes de la Licence Creative Commons Attribution - Pas d'Utilisation Commerciale - Pas de Modification 4.0 International.

Para lá dos túmulos e da herança patronímica: práticas judaicas nas ilhas Cabo Verde

Zelinda Cohen

NOTA DO AUTOR

Apoio da Fundação Calouste Gulbenkian

“ter uma sinagoga, um açougue kosher e finalmente um cemitério próprio”¹.

Introdução

- ¹ Vinham, como se sabe, de Marrocos e Gibraltar, mas também de Portugal, nomeadamente de Lisboa e do Algarve. Um ou outro da Argélia ou de Espanha e, mais residualmente, de outras paragens². Nos túmulos que cá erigiram – todos eles horizontais³, simples, uniformes⁴ e obedecendo à mesma “*forma geométrica composta por um trapézio encimado por um semicírculo na cabeça*”⁵ –, se encontram sepultados antepassados de famílias com descendentes que permaneceram em Cabo Verde e de outras sobre as quais só ficou a memória de terem algum dia vivido nestas ilhas.
- ² A lista desses hebreus já foi elaborada pelas historiadoras Cláudia Correia⁶ e Ângela Benoliel Coutinho⁷ mas talvez seja importante assentar aqui os apelidos, acrescentando um ou outro, para situar o universo em exame:

1.Abecassis	2.Abitbol	3.Abohbot
4.Afflaló	5.Alves	6.Amzalak

7.Anahory	8.Athias	9.Auday
10.Azancot	11.Azaniel	12.Azevey
13.Azulay	14.Benahim	15.Benara
16.Benatar	17.Benazon (Benazou)	18.Benchimol
19.Bendaham	20.Bendavid	21.Benefraim
22.Benoliel	23.Benrós	24.Levy Bentubo
25. Benunas (Bedunas)	26.Boaruna	27.Bodana
28.Bohana (Bouanaz)	29.Brigham	30.Buzaglo
31.Cagy	32.Cardoso	33.Cohen
34.Elasry	35.El Baz	36. Elasry
37.Elcaim	38.Ezaguy	39.Eznaty
40.Gabay	41.Ismini	42.Izaqui
43.Lasene	44.Lassarini	45.Levy
46.Malka	47.Maman	48.Mor José
49.Naury	50.Niune	51.Pairmy
52.Pimenta	53.Pinto	54.Ruah
55. Sabbat	56.Seruya	57.Tarregano
58.Urbin	59. Wahnnon	60. Zafrany
61. Zagury		

- 3 Não obstante o avanço alcançado com os estudos dessas duas investigadoras, há um aspecto na história dos hebreus em Cabo Verde que, a nosso ver, não tem sido suficientemente explorado e que acaba por ser importante para uma compreensão mais global da presença desse grupo nas ilhas. São as práticas culturais judaicas, que se supõe terem existido, que erigimos como objeto de pesquisa. É razoável pensar que, da parte de imigrantes com aquelas características, haveria um natural esforço para preservação da sua identidade, mormente a religiosa. Os patrónimos e alguns sinais materiais indiciadores dessa presença, nomeadamente, o topónimo «Sinagoga» na ilha de Santo Antão e os cemitérios e túmulos existentes em algumas ilhas, foram tomados como ponto de partida para a abordagem pretendida. Revisitar esses elementos e, a partir de um exame mais minucioso, efectuado à luz de dados já publicados e registos inéditos, bem como de experiências similares ocorridas em outras paragens, haveria de permitir uma leitura que fosse para além deles.

- 4 O que apurámos nessa primeira abordagem, de reconstituição das atitudes e comportamentos desse grupo, pensamos ser tão revelador como estimulante a outras incursões sobre essa faceta da história da imigração marroquina e gibraltina do século XIX em Cabo Verde. O exame acabou por exigir, também, uma hipótese explicativa da durabilidade de tais práticas. Neste caso, a razão da não reprodução continuada da cultura judaica no arquipélago.
- 5 O objetivo deste artigo é, em primeiro lugar, demonstrar que para além das evidências tumulares e patronímicas, existem outras provas documentais indiciadoras de práticas culturais e religiosas que marcaram a existência da comunidade hebraica em Cabo Verde. Em segundo, observar o processo de aculturação por que passou o grupo que, malgrado alguma resistência, acabou por perder a sua identidade original, diluindo-se quase que por completo na sociedade crioula que o acolheu.

1. A «Sinagoga»

- 6 Que mistério guardará o pequeno porto da ilha de Santo Antão que, desde quando não se sabe bem assinalar, mereceu ser chamado de Sinagoga?
- 7 Situado numa diminuta baía, envolta por um minúsculo povoado que a abraça, a 4 km do Concelho da Ribeira Grande em direção ao do Paul, esta será, ao que se presume, a única «Sinagoga» que Cabo Verde terá conhecido. A questão frequentemente colocada é se aquele lugar terá sido, de fato, um local reservado às cerimónias religiosas da expressiva comunidade hebreia instalada na ilha, em meados do século XIX. Se ali, efectivamente, foi erigido algum edifício para oração desse grupo. Ainda que se quisesse acreditar em tal suposição, esta nunca encontrou suporte documental. E sendo que nenhum estudo, até agora, conseguiu fundamentar a razão de se consagrar tal nome àquele preciso lugar, no domínio das conjecturas há, obviamente, que considerar outras possibilidades. Não terá sido o sítio de desembarque dos judeus chegados a Santo Antão, em épocas muito mais remotas? Ou, mesmo, um local discreto de entrada e saída de mercadorias, utilizado pela «gente de nação», composta essencialmente por comerciantes? Teriam esses, em período muito menos favorável, ousado, clandestinamente, basear as suas práticas religiosas em alguma casa levantada naquela localidade?
- 8 Não obstante ainda permanecerem muitas questões em aberto acerca da «Sinagoga» santantonense há, todavia, que descartar a associação que dela se faz à comunidade de judeus instalados na ilha, no século XIX. Pois o que se pode provar, com toda a segurança, é ser o topónimo «Sinagoga» muito anterior a essa época, remontando, até onde pudemos apurar, aos anos 30 de setecentos⁸. Ou seja, mais de um século antes dos primeiros judeus, da leva do século XIX, aportarem em Cabo Verde.

Aldeia e porto de Sinagoga

Foto de autoria desconhecida, gentilmente indicada por Humberto Lima

- 9 Mas sendo Santo Antão a ilha de maior concentração dos hebreus, que a partir dos anos quarenta de oitocentos procuraram Cabo Verde para fazer os seus negócios, não seria de esperar que, tal como aconteceu em outras paragens, essa comunidade, que chegou a reunir mais de meia centena de indivíduos⁹, contasse com um edifício próprio para a realização do seu culto? Só investigações arqueológicas, ainda por fazer, ou quiçá, mesmo, alguma documentação inédita, poderão ser reveladoras acerca disso¹⁰, não nos sendo permitido, até esta, senão manter a hipótese de que em todo Cabo Verde, mesmo na ilha de Santo Antão, os ritos religiosos dos hebreus tenham sido praticados exclusivamente em residências particulares.
- 10 Posto isto, será lícito perguntar: para além dos túmulos espalhados pelos sítios de morada ou por onde passaram esses judeus¹¹ e dos apelidos de família que ainda se podem encontrar por cá, que outras evidências poderiam atestar a presença dessa notável comunidade de cultura religiosa distinta que decidiu viver em solo absolutamente católico? O fato é que não contamos com muitos mais sinais acerca da existência dessa gente de pertença hebraica que, entre a segunda metade do século XIX e primeira do XX, no seu processo de diáspora atlântica, dirigida aos territórios lusófonos, encararam essas ilhas como um ponto apetecível para estabelecimento dos seus negócios e, dependendo da sorte, até, se deixarem ficar por cá.

2. O alimento dos vivos e o abrigo dos mortos

- 11 Mesmo que totalmente livres da secular perseguição inquisitorial, pois os tempos agora eram outros, tempos de pleno vigor do liberalismo português, os hebreus que chegaram a Cabo Verde no século XIX¹² tiveram de empenhar-se para conservar a sua cultura

religiosa. Uma portaria de 9 de abril de 1864 dá conta das diligências realizadas para que a comunidade instalada pudesse manter as *leis de casher*, exigente na forma de abate das carnes destinadas ao seu consumo (*shechitah*). O conteúdo da portaria deixa transparecer a relutância das autoridades locais em oferecer as condições para a guarda dessas *leis* que, no entanto contariam com o devido amparo régio. Senão, vejamos:

Representando Afflaló Bettencourt & Cia, hebreus portugueses, que o administrador do Concelho da ilha Brava lhes proibiu que matassem as rezes, segundo o seu rito no matadouro público, pedindo providências para que em todas as ilhas lhes seja permitida a matança do gado nos matadouros estabelecidos, sujeitando-se às disposições policiais; manda Sua Majestade El-Rei, pela Secretaria d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, que o Governador geral da Província de Cabo Verde tomando esse objeto na devida consideração, expeça as ordens convenientes para que os hebreus sejam admitidos a matarem o gado, que destinarem para o seu uso, nos matadouros públicos, sem prejuízo dos outros cidadãos, e sujeitando-se às prescrições policiais necessárias, mas de forma que se lhes não embarace o cumprimento dos seus ritos, como se está praticando em Lisboa, onde no matadouro da cidade se lhes destinou lugar especial para seu mais cômodo serviço¹³.

- 12 O conflito irrompido na ilha Brava aponta para a existência de comunidades hebraicas em outras ilhas igualmente desejosas de autorização concernente às *leis do casher*. A deliberação favorável leva-nos a inferir estar, a partir de então, o problema resolvido. Mas, até lá, como teriam esses hebreus enfrentado essa questão tão essencial para a sua dieta alimentar? Abates esporádicos de carnes *casher*, feitos discretamente e obrigando a algum estoque para o consumo regular desses novos imigrantes, se assoma como uma possibilidade. Uma participação registada na vila da Praia, em 28 de junho de 1856, contra Jacob Seruya, um judeu natural de Gibraltar, que aqui chegou a viver, antes de se ter fixado na ilha Brava, sugere as precárias condições de armazenagem dessas carnes. A queixa apresentada por José Lourenço de Andrade, denunciando o “*mau cheiro que provem de uma porção de carne salgada existente em sua casa, na rua do Cofre e do Pelourinho*”, levou a que Administrador do Concelho instasse o Presidente da Junta de Saúde “*para legalmente proceder ao exame da respectiva carne para posteriormente dar-se-lhe o destino conveniente e em conformidade com a lei de higiene pública*”¹⁴.
- 13 É evidente que não se podia deixar de dar andamento à deliberação régia de permitir que os hebreus fossem “*admitidos a matarem o gado, que destinarem para o seu uso, nos matadouros públicos*”. Mas a ordem, por si só, até que ponto seria capaz de sanar por completo os alegados conflitos ocorridos no local de abate? Em Santo Antão, onde a demanda de carne *casher* foi, certamente, maior, é provável que o problema tenha sido contornado pelo controle do próprio matadouro por um dos membros do grupo. É isso que nos faz pensar o fato de, em determinado período, Leão Benrós ter o “*exclusivo da venda de carne de vaca*” na referida ilha¹⁵.
- 14 O ano de 1864 parece ter sido um momento de afirmação da comunidade judaica radicada em Cabo Verde. Para além do êxito relativo ao *shechitah*, o grupo estabelecido na Praia havia de regozijar-se com os avanços alcançados por Salomão Anahory respeitante a uma outra carência, que tanto do ponto de vista prático como simbólico significava um sério óbice à observância da cultura religiosa hebraica. Obter um lugar próprio para enterrar os seus mortos, terá sido uma reivindicação não menos relevante e que, nessa altura, encontraria também acolhimento.
- 15 Um anúncio da camara municipal da Praia, datado de 11 de maio, assegurava que:

no dia 26 do corrente mês [...] próximo ao cemitério desta cidade, se há de proceder à competente vistoria para a medição e avaliação de um terreno que Salomão Anahory pretende tomar de aforamento para servir de cemitério dos israelitas que falecerem nesta cidade” [...] “as pessoas que queiram opor-se ao mesmo aforamento, devem apresentar os seus requerimentos no ato do exame e vistoria¹⁶.

- 16 O processo desta importante aquisição, que veio a contar com a liderança de um outro indivíduo da comunidade, encontraria o seu desfecho em 3 de fevereiro de 1865, num acórdão do Conselho do Distrito, que aprovava “o aforamento que a camara municipal do Concelho da Praia fez ao hebreu Marcos Cagi de um terreno nesta cidade para cemitério dos israelitas”¹⁷. Não deixa de ser curioso o fato de em Lisboa, pela mesma altura, um grupo de israelitas estar a organizar uma “subscrição para a compra do terreno do Cemitério Israelita do Alto São João - CIASJ”. Um dos que se mantinham à frente desse movimento era Marcos Auday que, juntamente com um seu irmão, fez uma doação de 50.000 réis¹⁸. Israel Cagi, sobrinho de Marcos Cagi, e com firma instalada em Cabo Verde¹⁹, “contribuiu com 22.500 réis”²⁰.

- 17 Pelo Código de Posturas da Câmara Municipal da Praia, publicado em 23 de maio de 1894, depreende-se o instituto do cemitério privativo, ao que tudo indica, correspondente ao lote recebido por Marcos Cagi, em regime de aforamento. No seu artº 99, capítulo IX, determinava a referida lei municipal que:

No cemitério haverá lugar separado para o enterramento dos indivíduos não católicos e que não tenham cemitério privativo, ou que não podem ter sepultura eclesiástica²¹.

- 18 Mais tarde, será o próprio Presidente da Comissão Municipal da cidade da Praia, em ofício de 23 de julho de 1923, a referir-se a esse cemitério:

Existe, (...), um cemitério dos israelitas, cujo terreno foi concedido a Marcos Cagi. Este cemitério não tem vedação alguma e [o] último enterramento ali feito foi em 1918, do hebreu Benjamim Alves (...)²².

- 19 Da confrontação das fontes é possível concluir que: o projeto de instalação de um cemitério judaico, no município da Praia, terá ido avante com Marcos Cagi e que, só depois, pela proximidade que o mesmo guardava com o cemitério público da Várzea que, entretanto, foi-se expandindo, é que acabaria por ser incorporado a ele, na senda das orientações das novas leis da República. A anexação teria sido, de resto, facilitada pelo fato de se ter reconhecido, em 1923, que “o cemitério particular dos hebreus, não está convenientemente vedado”²³. Hoje, o que se pode constatar, no grande cemitério da Várzea da cidade da Praia, é a existência de um espaço reservado à comunidade hebraica, albergando dez túmulos, pertencendo os mais antigos a Abraham Tarregano e a Jacob Azencot falecidos, coincidentemente, no ano de 1864. Os outros hebreus lá enterrados, a maioria pereceu nos 20 anos seguintes, ou seja, antes da publicação da referida Postura municipal: Simon Levy (1866); Abraham Benrós (1868); Maklouf Seruya (1872); Abraham El Baz (1875); Moyses Auday (1885) e, muito provavelmente, Miryam Tarregano, filha de Abraham, cujo túmulo não está datado. Os dois restantes são de data posterior: Samuel Seruya (1895) e Benjamim Alves (1918).

Talhão judaico no Cemitério da Várzea (Praia)

Croqui gentilmente cedido por Flávio Delgado

- 20 No «*Mapa dos Europeus Falecidos no Concelho da Praia no mês de dezembro de 1868*», a notícia da morte do jovem Abraham Benrós (nº4 no croqui), constou do seguinte modo:

Abraham Benroso
 Filiação: Moisés Benroso
 naturalidade: Tânger
 estado: solteiro
 idade: 24
 ocupação: caixeiro
 observações: hebreu²⁴

- 21 Abraham Benrós morreu muito jovem e de igual sorte não escapou Moysés Auday (nº 2, no croqui), falecido alguns anos depois. A nota de agradecimento da família Auday, aos que a haviam acompanhado nesse trágico acontecimento, atesta o fato:

Marcos Auday, Simy Auday, Bidy Auday, Rica Auday, Rechel Auday, Salomão de M. Auday, e Salomão de B. Auday veem por este meio, enquanto o não fazem pessoalmente, manifestar a sua indelével gratidão a todas as pessoas que, durante a doença de seu sempre chorado filho, irmão e sobrinho, Moses Auday, mostraram vivo interesse nas suas melhoras; outro sim, a todos os cavalheiros que os confortaram com a sua presença no passamento e acompanharam o féretro à sua última morada.

Igualmente a todas as pessoas que lhes deram provas d'estima e patentearam a sua dor e sentimento por tão doloroso transe.

Ao exmo. sr. dr. Esmeraldo Nobre o mais profundo reconhecimento, pela maneira franca e desinteressada com que assistiu ao doente, dispensando-lhe sempre muita estima, atenção, conforto e os recursos da ciência.

A exmo. sr. Theodoro Segismundo da S. e S. Bergstrom a mais imorredoura obrigação pelas provas de deferência e amizade que lhes dispensou e extremo interesse, carinho e solicitude que dispensou ao falecido, em sua doença.

A filantrópica e muito digna corporação de bombeiros voluntários praienses a mais inquebrantável estima, consideração e reconhecimento pelo espontâneo testemunho d'estima, simpatia e profundo sentimento que manifestaram ao seu consocio finado.

A exmo. sr. José Antunes d'Oliveira o penhor da mais alta estima e consideração pelos valiosos serviços, assíduo cuidado, cortesia e urbanidade com que houve para com eles no momento fatal.

A todos, verdadeiro reconhecimento e gratidão indelével.

Cidade da Praia, 16 de maio, de 1886²⁵.

- 22 No talhão judaico da Várzea, podemos ainda distinguir um outro hebreu cuja morte terá sido igualmente prematura. No jazigo em que se encontra encerrado (nº 3, no croqui), acompanha-o a seguinte inscrição:
- Makloul Seruya – Lápida da sepultura do saudoso jovem Makloul Seruya, filho de Samuel, que partiu para o seu descanso eterno no 9º dia do mês de Tammuz no ano de 5632 [no dia 9 de julho de 1872]. Que sua alma descanse nos laços da vida eterna²⁶.
- 23 A sepultura de Miryam Tarregano (nº 7, no croqui), visivelmente separada das demais e sem inscrição da data do seu passamento não nos permite saber se tinha de ser mesmo assim, pelo fato de ser uma jovem donzela, ou tratar-se de um caso de suicídio. É que nos preceitos da religião hebraica, *“os suicidas são sempre enterrados à parte, afastados de todos os túmulos, geralmente próximos a um dos muros do cemitério”*²⁷. Fica aqui a dúvida, para investigações posteriores.
- 24 Nesse espaço reservado à comunidade hebraica para enterro dos seus mortos, há uma ausência que chama a atenção: a de Abraham Alves, falecido na Praia, em 1879²⁸. Teria ele sido sepultado no mesmo jazigo que serviria, depois, para o seu filho Benjamim Alves? É que embora os túmulos judaicos sejam, por norma, individuais²⁹, o de Benjamim Alves parece contrariar a regra, não exactamente por Abraham, do qual não há indicação de que esteja lá, mas por seus netos, Ilda Alves Pereira e Benjamim Alves Pereira, acomodados no mesmo jazigo³⁰.
- 25 Apesar de ter-se instalado na Praia e de ter vindo a falecer nessa cidade, ao menos por algum tempo, Abraham Alves terá morado no Fogo, uma ilha onde não há qualquer referência de outros hebreus terem lá residido. Este episódio faz dele um caso singular. Terá ali vivido pelos anos 60 de oitocentos, já que 1868³¹, sob proposta do administrador do dito concelho, é nomeado para o cargo de *“regedor de paróquia da freguesia de Santa Catarina da ilha do Fogo”*³².

Túmulo de Benjamim Alves e netos

<http://www.barrosbrito.com/7046.html>

- 26 O que aconteceu com o cemitério israelita da Praia terá também ocorrido com o da ilha de São Nicolau onde, na ausência de fontes escritas que indiquem o processo, infere-se que assim tenha sido, por fotografias aéreas atuais, claramente denunciadoras da sua absorção pelo cemitério municipal de *Tabuga*.

Talhão judaico no Cemitério de Tabuga (São Nicolau)

Foto gentilmente cedida por José Cabral

- 27 É ali que se encontram enterrados Salomão Pimenta, considerado um dos mais antigos hebreus que nesta fase chegaram a Cabo Verde³³ e, o não menos remoto José Bento d'Oliveira, nascido Joseph Abithbal / Abitbol³⁴. Salomão Pimenta era um dos poucos judeus que tinham vindo de Argel³⁵. Morreu a 12 de julho de 1866, segundo inscrição da sua pedra tumular. Do seu desaparecimento dá-nos a conhecer um comunicado de outubro do mesmo ano, da casa Aflaló Bettencourt, da qual era sócio e que, pelo sucedido, entra em liquidação³⁶.

- 28 Década e meia depois era levado a enterrar o invulgar personagem a viver com nome duplo, um hebreu e outro católico, havendo também registos de estar já em São Nicolau desde os anos quarenta do século XIX³⁷. A notícia da morte de José Bento d'Oliveira, ocorrida no ano de 1880 consta do *Boletim Oficial de Cabo Verde*, tendo sido assim anunciada:

José Bento d'Oliveira – súbdito português, casado, de 64 anos de idade, israelita, natural de Tânger, negociante, residente na ilha de São Nicolau, filho de Hassam Abitebal e Nana Abitebal³⁸

Túmulos judaicos no cemitério de Tabuga (São Nicolau)

Fotos gentilmente cedidas por Djessa Oliveira e Silva

- 29 O Código de Posturas da camara municipal de Santa Catarina (Santiago), de 1893, já havia determinado no mesmo sentido do que viria a ser estabelecido para a cidade da Praia, quanto ao enterro dos não católicos. A diferença é que, no caso de Santa Catarina, decerto pela quase inexistência de hebreus, não se colocava a hipótese do cemitério privativo.

Os cadáveres cuja religião das pessoas seja diversa da do Estado deverão ser enterrados nos lugares do cemitério municipal destinados e designados pela autoridade competente³⁹.

- 30 Até que ponto a medida foi observada é difícil de se saber, mesmo porque não se mostrou suficientemente dissuasora para que Hillel Benchimol, falecido em setembro de 1903, fosse sepultado na sua propriedade em Pedra Barro, freguesia de Santa Catarina⁴⁰. Teria sido a sua vontade? Uma espécie de resistência em deixar-se enterrar num cemitério cristão? Hillel Benchimol era originário de Oran, Argélia⁴¹ e, tal como o jazigo solitário em que repousa, haverá, certamente, outros, ainda por identificar, espalhados pelos cantos desse arquipélago.

Hillel Benchimol

<http://www.barrosbrito.com/5946.html>

Túmulo de Hillel Benchimol

Foto de António Correia e Silva

- 31 Só para a ilha de Santo Antão é que o Código de Posturas, promulgado também em 1893, iria admitir uma solução diferente para a comunidade hebraica aí radicada. Neste, pode-se ler o seguinte:

Nos cemitérios públicos deste Concelho serão sepultados todos os indivíduos de qualquer nacionalidade ou culto; § único: Exceptuam-se os hebreus por terem um pequeno cemitério na vila da Ribeira Grande⁴².

- 32 A referência era, obviamente, ao pequeno Cemitério Judaico de Penha de França, erigido muito longe do cemitério público da vila da Ribeira Grande. Foi o primeiro cemitério privativo hebraico a ser instituído em Santo Antão. No mesmo Concelho

surgiria, depois, um outro, o de Ponta do Sol, atestando a robustez da colônia hebraica fixada naquela ilha.

- 33 Na verdade, essas posturas municipais, publicadas quase que em simultâneo, resultavam de uma circular régia, de âmbito mais geral, emitida a 20 de Maio de 1882, com base numa Portaria expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 24 de janeiro de 1872. Determinava, então, a referida circular,
- que nos cemitérios públicos das províncias do ultramar já existentes e nos que de futuro se construírem, se reserve uma porção de terreno sem ser sagrado, para nele serem sepultados os indivíduos a quem pelas leis canônicas é negada sepultura eclesiástica⁴³.
- 34 Fortunato Maman, que morreu em 1870, ocupa a mais antiga sepultura do Cemitério de Penha de França (nº4, no croqui). Foi seguido por Sholmo Auday, enterrado quase vinte anos depois (1889); Mazaltob Benrós (1897); Masoud Zagury (1898); Isaac Benrós (1905) e Joseph de Abraham Brigham (1907). Um último pequeno jazigo, sem identificação nenhuma, perfaz os 7 túmulos ali existentes.

Cemitério Judaico de Penha de França, Ilha de Santo Antão

Image

1012E3540000433100002C9BCC34873856D4CC46.emf

Croqui gentilmente fornecido pela *Cape Verde Jewish Heritage Project*

- 35 A manifestação de gratidão para com o médico que assistira o jovem Fortunato Maman, publicada no *Boletim Oficial* logo depois da “shivá”⁴⁴, expõe os vínculos religiosos mantidos pelo grupo de judeus de Santo Antão. Vejamos o documento:

Os abaixo assinados, testemunhas oculares do assíduo e zeloso tratamento com que o Exmo Sr. Dr. Custódio José Duarte, já como médico distinto, e já como amigo dedicado assistiu de noite e de dia ao seu infeliz correligionário Fortunato Mamam durante a fatal moléstia que lhe tirou a vida, não obstante o emprego de todos os meios científicos e humanitários que o jovem médico e dedicado amigo pôs em prática para anular a sentença de morte que o Ente Supremo havia pronunciado contra o desditoso mancebo; faltariam aos deveres de homens de bem se deixassem

de aproveitar este meio para significar a S. Excia os seus cordiais agradecimentos e eterno reconhecimento.

Receba pois S. Excia estas insignificantes linhas como expressão da mais pura, sincera e verdadeira estima, gratidão e reconhecimento dos abaixo assinados, que jamais olvidarão os valiosíssimos serviços que, na pessoa do finado Fortunato Maman, receberam de S. Excia a quem pedem licença para fazer pública esta sincera manifestação.

Os abaixo assinados suplicam ao Ente Supremo uma dilatada, próspera e gloriosíssima vida para o Exmo. Sr. Dr. Custódio José Duarte.

Ilha de Santo Antão, 18 de dezembro de 1870. M arcos Auday, Abrão Azaincot, Isaac Benros, Isaac Pinto, James Levy Bentubo, Guidon Elcaim, Fortunato Azagury, David Abecassis, Arão Benros⁴⁵.

- 36 O comunicado distingue-se, no estilo e na contenção, de muitos outros similares divulgados por indivíduos da comunidade cristã, nada propensos a afirmarem-se como «correligionários» e a clamar pelo «Ente Supremo».
- 37 Com os olhos fixos na 3ª campa do Cemitério de Penha de França atentamos para as dimensões que apresenta, sugerindo ser de uma criança ou de um recém-nascido. A ausência de qualquer inscrição, acerca de quem estaria lá enterrado e a data do óbito, indica tratar-se de um feto ou de um bebé falecido antes de completar um mês de vida. Nesses casos não se supõe qualquer cerimónia religiosa, havendo ainda o costume antigo de esses túmulos não serem marcados e nem os pais e familiares participarem do “discreto enterro”⁴⁶.
- 38 O Cemitério Judaico de Ponta do Sol, erigido já em fins do século XIX, evidencia a concentração de hebreus na ilha de Santo Antão. Situado ao cimo e bem próximo do grande cemitério público, esse espaço privativo contém o mesmo número de campas do que o de Penha de França: 7. Terá sido inaugurado pela única mulher que lá foi a enterrar, no ano de 1894: Mena Pinto, à qual, imediatamente, foi-se juntar Salomão Auday, falecido no mesmo ano (1894). Vieram, depois, Marcos Auday (1900), Joseph Mor Yoseph (1914), Isaac Pinto (1921), Moses Cohen (1929) e Abraham Julião Brigham (1941).

Cemitério Judaico de Ponta do Sol, Ilha de Santo Antão

Croqui gentilmente fornecido pela *Cape Verde Jewish Heritage Project*

- 39 Merece particular atenção, a localização do túmulo de Moysés Cohen neste espaço sagrado (nº4, no croqui). Tratando-se de um Cohen, a escolha do sítio para o jazigo não podia ser aleatória, exigindo a tradição que ficasse “próximo aos portões do cemitério para

que seus parentes não se profanem caminhando perto de outros túmulos"⁴⁷. O lugar destinado a esse hebreu no Cemitério Judaico de Ponta do Sol assinala a observância de mais este preceito religioso. Moysés morreu aos 64 anos de idade. O seu irmão mais velho, David Jacob Cohen, embora tenha também vivido por muito tempo em Santo Antão, terminou os seus dias na Inglaterra⁴⁸.

40 No lado oposto do portão, um pouco mais afastado da entrada e assente num nível mais acima, deparamo-nos com o jazigo do destacado comerciante Marcos Auday (nº 5, no croqui). Marcos, que primeiramente morou na ilha de Santiago (Praia)⁴⁹ e, depois, em São Vicente⁵⁰, acabou, finalmente, por se estabelecer em Santo Antão. No cemitério de Ponta da Sol foi a enterrar, em dezembro de 1900, com o seu nome escrito em hebraico: Mordechai Auday, um homem “justo”, “puro” e “sábio”, segundo se pode ler na sua pedra tumular⁵¹.

41 José Maria Abecassis sublinha o dinamismo deste hebreu junto à comunidade israelita da capital portuguesa, especialmente pela participação que teve no processo compra do terreno do Cemitério Israelita do Alto de São João (CIASJ). Daí, aquando do seu falecimento, o *Comité Israelita de Lisboa* ter mandado exarar em ata da sua 39ª reunião, a seguinte nota de pesar:

Voto de sentimento - O Presidente enaltecendo os serviços prestados pelo Exmo. Snr. Marcos Auday (Q.D.T.) tanto em Lisboa como em Cabo Verde onde infelizmente faleceu, propôs um voto de profundo sentimento por perda tão sentida. Esta proposta que foi unanimemente aprovada será notificada à viúva e filha de tão benemérito extinto⁵².

42 Para além de Marcos, é possível reconhecer, nesse cemitério, um outro membro da família Auday: Salomão Auday (nº7, no croqui), presumivelmente irmão de Marcos e que, que por vezes vem referenciado como Salomão de M. Auday⁵³, foi inumado em 26 de junho 1894, com a mesma idade que Moses Cohen: 64 anos⁵⁴.

43 É provável que à morte de Salomão Auday estejam relacionados os éditos postos logo a correr, pelo Juízo de direito da Comarca de Sotavento e cartório do 1º ofício, mediante a justificação...

requerida por Marcos Auday, casado, negociante, natural de Tanger, ora residente na ilha de Santo Antão, em que pretende justificar: - que é maior pela legislação portuguesa, que o é também pela religião da lei israelita; que tem mais de um, de dez e também de vinte anos de residência permanente em território português, e, finalmente que, pela sua profissão, tem meios de subsistência suficientes⁵⁵.

44 A norma que impunha às necrópoles públicas a reserva de uma área separada para os não católicos terá prevalecido ainda na ilha Brava onde, no cemitério de Santo António, inaugurado em 1896, se viu resguardada uma ala distinta para os que não professassem a religião oficial⁵⁶. Situação diversa, encontraremos na ilha da Boa Vista, pois, tal como em Santo Antão, na Praia e em São Nicolau, os hebreus chegaram a se beneficiar de um pequeno cemitério no sítio de Pico Rixa.

45 No seu artigo “A questão do cemitério israelita da ilha da Boavista (1915-1923)”, Cláudia Correia apresenta um documento que nos permite examinar a experiência da comunidade hebraica instalada na ilha, no que toca ao enterramento dos seus mortos. O móbil do artigo, não será demais sublinhar, foi a contenda gerada em torno da morte de Isaac Benoliel, impedido pelo Administrador do Concelho de ser enterrado em Pico Rixa. Isaac Benoliel, falecido em 1915, portanto, já com as leis da República em pleno

vigor, foi o único judeu da Boa Vista a quedar-se solitariamente no cemitério municipal do Rabil.

Isac Benoliel

<http://www.barrosbrito.com/10388.html>

- 46 O texto abaixo reproduzido, é da responsabilidade do *Comité Israelita de Lisboa*, chamado a intervir, junto do Ministro das Colónias, no sentido fazer valer, na Boa Vista, a antiga prática de enterramento dos hebreus daquela comunidade no seu cemitério privativo:

Excelentíssimo Senhor Ministro das Colónias

Exmo Senhor

No arquipélago de Cabo Verde, na ilha da Boavista, no lugar de Pico Rixa, existe um cemitério israelita em que os israelitas residentes na mesma ilha fazem o enterramento dos seus mortos há mais de quarenta anos. Sucede, porém, que ultimamente morreu um israelita na mesma ilha e o Exmo. Sr. Administrador não consentiu fazer o enterramento do morto naquele cemitério privativo, como era costume fazer-se e obrigou a que se efectuasse no Cemitério Municipal; o que efectivamente se cumpriu apesar da dor que esta circunstância lançou sobre a família sobrevivente por ver assim feridas as suas crenças religiosas e as do morto que durante a vida aderira com fervor às leis de Moisés.

Ao Comité israelita de Lisboa, Excelentíssimo Senhor Ministro, compete pelos seus estatutos [...] defender os interesses israelitas, dos seus correligionários residentes quer no Continente quer nas Possessões Portuguesas e sentindo-se aquele alarmado pela proibição do enterramento do seu correligionário no local particularmente destinado para este fim, vem muito respeitosamente pedir Vossa Excelência se sirva providenciar para que os enterramentos dos israelitas falecidos naquela ilha continuem a ser feitos no seu cemitério particular, como até agora se praticava...⁵⁷.

- 47 Os “correligionários” da Boa Vista enterravam os seus mortos em Pico Rixa “há mais de quarenta anos”, o que nos faz remontar ao último quartel do século XIX. O registo mais antigo de inumação terá sido, mesmo, o de 24 de abril de 1873, correspondente ao de uma criança, com o nome de Judah Benoliel⁵⁸. A seguir, contamos o de Bidy Auday Benchimol, falecida em abril de 1887. A notícia do passamento de Bidy é transmitida, muito laconicamente, no *Boletim Oficial*:

No dia 24 faleceu D. Bedy Auday Benchimol, natural de Lisboa⁵⁹.

- 48 Os outros nomes reconhecíveis nas lápides de Pico Rixa (ou “Roxinha”) são também da família Benoliel: os fundadores da casa na ilha da Boa Vista, Esther Benatar Benoliel (1891) e Abraham Benoliel (189?) e dois dos seus filhos, José Benoliel (1923)⁶⁰ e David Benoliel (1950). Mais duas sepulturas não identificadas perfazem as 8 que este cemitério alberga actualmente, encontrando-se, a maioria delas, numa das duas alas que o compõe. Sublinhe-se o fato incomum da divisão interna existente no Cemitério de Pico Rixa, estabelecida por um pequeno muro. Ocorrência única em Cabo Verde, que o estado das investigações ainda não permite explicar.

- 49 O conflito surgido à volta do sepultamento de Isaac Benoliel fez correr muita tinta e, num *dossier* que se arrasta até 1923, reconstrói-se um pouco da história desse cemitério. Atentemo-nos às considerações do Administrador do Concelho da Boa Vista, Francisco Tavares de Almeida, lavradas num ofício emitido na sequência da inquirição a que foi submetido, por causa do incidente:

(...) cumpre-me dizer: Nunca existiu nesta ilha cemitério de israelitas ou de indivíduos de qualquer outra religião.

As autoridades administrativas permitiram que os israelitas falecidos fossem enterrados em sítio perto de 'Pico Rixa' recinto que foi cercado por um muro de alvenaria de altura de 1,40 metros.

Dão acesso a estes recintos, - são dois - umas aberturas, espécie de janelas, sem portas, a cerca de 0,55m do terreno, o que permite entrada de pessoas e mesmo de animais.

Nunca a colónia israelita tratou de regularizar a concessão do terreno, vedá-lo convenientemente, e por isso nunca pôde ser considerado como cemitério. É para notar: que os primeiros israelitas falecidos, deixaram descendentes com bastantes meios, e até ao presente não trataram de regularizar um assunto que tão de perto lhes toca, e a que são moralmente obrigados a fazer.

Nestas condições e em vista do disposto nos artigos 255º e seguintes do Regulamento do Registo Civil, só depois de devidamente regularizado o assunto, pode ser permitido o enterramento dos não católicos nos cemitérios privativos. (...)

Tenho ainda a dizer: o primeiro cercado tem duas pedras tumulares, sem capacidade para mais; o segundo tem quatro sepulturas, e só dá lugar a mais uma (...)⁶¹

Croqui do cemitério de Pico Rixa (1915)

Croqui do Administrador do Concelho da Boavista Francisco Tavares de Almeida e que acompanha um ofício datado de 9 de junho de 1915

- 50 José Benoliel, já nascido na Boavista era, na altura da celeuma gerada em torno das exéquias do seu tio Isaac, representante do *Comité Israelita de Lisboa* em Cabo Verde. Foi nessa qualidade interveio no processo, aproveitando o ensejo não só para tentar

regularizar a situação do cemitério como, ainda, solicitar a sua ampliação⁶². Num Parecer do Delegado do Procurador da República da Comarca de São Vicente, constante do aludido *dossier*, fica evidente o alcance limitado daquelas pretensões, pouco oportunas, no entender do oficial:

José Benholiel, casado, proprietário, natural e residente na ilha da Boa-vista requereu que lhe sejam concedidos de aforamento 200 m de terreno sito no lugar denominado Pico Rixa, terreno que deseja privilegiar para o efeito de ali serem enterrados os israelitas que falecem na ilha da Boa-vista (...) O requerente parece ser aqui o representante da comunidade israelita de Lisboa. Pelo croqui do administrador da Boa-vista vê-se que o requerente pretende não só que os israelitas continuem sendo enterrados no local referido (...) mas também o alargamento do mesmo cemitério (...)

Parece que o enterramento dos israelitas na ilha da Boa-vista se fazia por mera tolerância das autoridades locais. De outra forma não seria explicável, o pedido de aforamento agora feito. Entretanto há que respeitar o que podemos chamar. Para as famílias israelitas esse lugar é sagrado e não seria razoável desrespeitar o lugar onde estão os restos mortais dos seus antepassados direitos adquiridos.

(...)

Visto o que acabámos de expor rapidamente concluímos:

1) Que poderá ser permitido que se continuem fazendo no sítio de Pico Rixa da Boa-vista os enterramentos dos israelitas, provisoriamente, sob a fiscalização da Câmara e correndo as despesas por conta dos interessados, isto para evitar-se ferir crenças e direitos que são de respeitar.

2) Que se não conceda a ampliação pedida do cemitério, sujeitando-se o caso à deliberação das estações [instâncias] superiores”⁶³.

- 51 Desenvolvidos posteriores confirmam que o Cemitério de Pico Rixa se manteve exactamente como estava, ou seja, nem a sua ampliação foi autorizada, nem, tão pouco, foi levada adiante a legalização requerida. Mesmo no tempo em que José Benholiel exerceu a função de Administrador do Concelho da Boavista (1919), não há notícias de nenhum avanço quanto a isso⁶⁴. Todavia, em consonância com o ajuste a que se conseguiu chegar, puderam os israelitas da Boa Vista continuar a fazer os seus enterramentos no local, “*sob fiscalização da Câmara e correndo as despesas por conta dos interessados*”. E disso pôde beneficiar-se o próprio José Benholiel que, tendo falecido na cidade da Praia, a 7 de julho de 1923, foi trasladado, no palhaborde *Edith*, para o cemitério de Pico Rixa, onde foi sepultado em 14 de março de 1924⁶⁵. Contava, apenas, com 52 anos de idade.

Cemitério de Pico Rixa recuperado com a indicação do muro a separar as duas alas

Foto de Ginevra Rossi, indicada por Nereida Tavares

- 52 O anúncio da morte de James (ou Jayme) Wahnnon, ocorrida a 20 de março de 1943, no Mindelo, ilha de São Vicente, foi dado logo depois, no nº 222 do *Notícias de Cabo Verde*:

James Wahnnon

Outro amigo que faleceu nesta cidade em 20 deste mês e foi enterrado na manhã de 21 do Cemitério inglês, foi Jayne Wahnnon, natural desta cidade, de 66 anos de idade, filho do sr. Isaac Wahnnon e de D. Raquel Levy Bentubo Wahnnon, já falecidos.

Era também muito estimado pelos seus numerosos amigos.

A toda a família enlutada, que é bastante numerosa, enviamos os nossos sentimentos de pesar, em especial a seu filho Sr. Carlos Pinto Wahnnon e a seu irmão sr. Jacob Wahnnon, ambos nossos queridos amigos⁶⁶.

- 53 James, Jonas e Jacob, assim como as suas dez irmãs – Simy, Ernestina, Camila, Miryam (Merima), Regina, Laura, Aldegundes, Carmen, Judith e Lea –, eram filhos de um casal gibraltino que, antes ir viver na ilha de São Vicente, havia fixado residência em Santo Antão. Exceto Jonas, Simy e Judith, nascidos nessa ilha (Paul), todos os outros são do Mindelo. A nacionalidade britânica dos pais, a que tiveram direito, justifica a inumação de James (ou Jayme) no cemitério privativo que os ingleses mantiveram por largos anos em São Vicente, no actual sítio chamado «*Chã de Monte Sossego*». Como filho de hebreus, presume-se que o jazigo de James tenha obedecido a tradição. Outros da família Wahnnon terão estado ali também, mas, infelizmente, nada sobrou desse cemitério, desmantelado em meados do século XX. Presumivelmente os pais de James, Isaac e Raquel, falecidos em 1915 e 1927, respectivamente, também lá tenham sido enterrados⁶⁷ e, nesta medida, maior convicção ficamos quanto à configuração dos seus túmulos. A dúvida quanto destino final do casal advém de um anúncio publicado no *Boletim Oficial de Cabo Verde*:

Isaac Wahnnon, esposa e filhas, retirando-se deste arquipélago para as Canárias, e não podendo despedir-se pessoalmente de suas filhas, genros e netos e daqueles que durante a sua longa permanência nesta província lhes testemunharam amizade, o fazem por este meio e oferecem seus fracos préstimos em Las Palmas, Grã Canária, onde vão residir. São Vicente, 26 de março de 1909⁶⁸.

- 54 Teriam voltado para Cabo Verde e morrido em São Vicente? O autor de um importante estudo genealógico sobre a família Wahnnon⁶⁹, da qual descende, afirma que sim. Que tanto Isaac como Raquel morreram em São Vicente e que ela, inclusive, teria partido de

Lisboa para São Vicente no navio «Niassa», a 1 de abril de 1927, tendo falecido, no Mindelo, a 27 de Setembro do mesmo ano. Nesse caso, em especial, a não conservação dos jazigos afigurar-se-ia como mais uma importante perda para o património histórico da ilha de São Vicente e de Cabo Verde.

- 55 Mas se para os portadores de nacionalidade britânica o cemitério inglês parece ter sido a solução possível, que sorte estaria reservada aos hebreus de outra nacionalidade, como Abrahão Azancot, falecidos em São Vicente? Oriundo de Marrocos, Abrahão Azancot teve o mesmo percurso que os pais de James: estabeleceu-se primeiramente em Santo Antão⁷⁰, seguindo, depois, para São Vicente⁷¹. No «*Extrato dos Relatórios das diferentes ilhas d'este Arquipélago...*» publicado num dos números do *Boletim Oficial de Cabo Verde* de 1884, no item respeitante a São Vicente, mês de Setembro, a notícia foi comunicada:

No dia 18 faleceu Abrahão Azancot, natural de Tânger, de 64 anos de idade, casado⁷². A mesma dúvida sobrevém acerca do sepultamento de Isaac Zaffrany, falecido em 1897⁷³ e cujo inventário orfanológico ficou ao encargo de Isaac Wahnnon. Nascido em Mogador, Isaac Zaffrany, estabeleceu-se no Mindelo, depois de ter vivido muitos anos nos Açores⁷⁴. Foi casado duas vezes, primeiro com Raquel Ben Saúde, em Ponta Delgada e, depois com Felicidade (Mazaltob) Zagury⁷⁵ mas, ao que tudo indica, terá ido sozinho para Cabo Verde. O anúncio do juízo municipal da ilha de São Vicente, “*chamando e citando os herdeiros de Isaac Zaffrany, residentes em parte incerta em Portugal e em Lourenço Marques*”⁷⁶, denuncia as ligações que esse comerciante mantinha com Moçambique, muito provavelmente, onde havia fixado a sua base familiar⁷⁷.

Não sendo ainda possível localizar o jazigo de Abrahão Azancot, nem o de Isaac Zaffrany, o mesmo não se passa com o de Simy Benoliel de Carvalho, uma hebreia de segunda geração como, aliás, também o era Jayme Wahnnon, falecida no Mindelo em 1929⁷⁸. Simy, das filhas, a mais velha de Abraham e Esther Benoliel, era da Boa Vista, terra onde os seus pais se haviam instalado, entre fins dos anos 50 e início dos 60 de oitocentos. Cresceu na sua ilha natal e lá se casou com António Miguel de Carvalho, com quem veio a ter nove filhos⁷⁹ (ou dez?)⁸⁰. Embora o consorte não fosse judeu, a avaliar pelo tipo de sepultura em que descansa e pela manutenção da religião hebraica por alguns dos seus filhos, nota-se que Simy nunca chegou a abdicar de todo das suas raízes. Morreu da mesma forma como nasceu e, sob uma campa tipicamente judaica, desejaram os seus que ficasse para sempre lembrada como “*uma extremosa esposa, e uma santa mãe, e muito amiga dos pobres*”⁸¹.

Túmulo de Simy Benoliel no Cemitério do Mindelo

<http://www.barrosbrito.com/8772.html>

- 56 Isaac Pinto, filho de Jacob e Mena Pinto, também faleceu em São Vicente, no dia 5 de outubro de 1921. Mas, tal como sucederia depois com José Benoliel, que tendo sucumbido na Praia, foi trasladado para a Boa Vista (1923-1924), Isaac Pinto foi levado a enterrar na terra onde sempre viveu. Por isso, poderá ser encontrado no Cemitério judaico de Ponta do Sol, na ilha de Santo Antão⁸². Na sessão da Câmara municipal de 11 de maio de 1928, realizada nos Paços do Concelho recém-inaugurado na referida vila, o vogal José Lopes proporia que lhe fosse feita a seguinte homenagem, “que foi unanimemente aprovada”:

que logo que seja possível se adquira um retrato do falecido Isaac Pinto que bem ficará neste salão, pois a este saudoso extinto se deve muito a vila de Ponta do Sol em que ele fez construir um grande número de prédios e a cujo engrandecimento material deu o melhor dos seus esforços – proposta⁸³.

3. O profundo silêncio do jazigo das mães judias

- 57 No ocaso do século XIX já se podia contabilizar, no conjunto dos cemitérios judaicos fundados em Cabo Verde, um número significativo de hebreus da primeira geração. Alguns sucumbidos prematuramente, como os jovens Simon Levy (1866/ Praia), Abraham Benrós (1868/ Praia), Fortunato Maman (1870/ C.J. de Penha de França - Sto Antão), Maklouf Seruya (1872/ Praia); Moses Auday (1886/ Praia); Samuel Seruya (1895/ Praia); e Myriam Tarregano (? / Praia), mas outros com uma longevidade admissível ou mesmo elevada para a época. Fazem parte desse segundo grupo três mulheres que, na companhia dos seus maridos, sabe-se lá com que meios e dificuldades, foram desafiadas a manter, em solo tão estranho ao das suas origens, a função de mães judias. Referimo-

nos a D. Esther Benholiel, falecida em 1891 (C.J. de Pico Rixa); Mena Pinto, em 1894, aos 64 anos (C.J. de Ponta do Sol); e Mazaltob Benrós, em 1897, com 85 anos de idade (C.J. de Penha de França). Outras, que também criaram os seus filhos nas ilhas, poderiam, a bem da justiça, ser acrescentadas a esta lista se lhes fossem localizados os jazigos (é o caso de Raquel Levy Bentubo Wahnnon) ou, ainda, se por obra do destino ou vontade própria, não acabassem por sucumbir na terra natal ou em distintas paragens. Entre essas últimas estarão, decerto, as matriarcas Simy Auday, Esther Alves e Esther Brigham.

- 58 A investigação levada a cabo por Ângela Benoliel Coutinho é reveladora quanto à presença feminina no quadro dessa emigração hebraica do séc. XIX, apontando a autora, na relação que faz, aquelas que já eram, aumentaram a prole ou se tornaram mães em Cabo Verde. Indica a autora que:

Isaac Gabay vivia acompanhado da sua esposa e tivera um filho em Santo Antão; Guidom El Caim, de Rabat, também vivia com a esposa, tendo uma filha nascida em Tânger e três filhos nascidos em Santo Antão, Izaac Zaffrany também surge como casado; Moses Abecassis casou-se em Santo Antão, na Ribeira Grande, com Simy, natural de Tânger. Tiveram uma filha em Santo Antão e outra em São Vicente⁸⁴.

- 59 A esta lista podemos, ainda, acrescentar mais dois casais de Tânger: Augusto (Ayush) Ezaguy e Fortunata (Messoda) Ruah que tiveram, pelo menos, oito filhos em Cabo Verde (Joseph Augusto Esaguy (Cabo Verde,/?), Marcos Augusto Esaguy (Santo Antão, 1866), Isaac Augusto Esaguy (Santo Antão, 1869), Raquel Esaguy (São Nicolau, 1872), Samuel Augusto (Ilha de São Vicente, /?), Salomão Augusto Esaguy (Santo Antão, 1882), Pacífico Augusto Esaguy (São Nicolau, 1883) e Miquelina Esaguy (São Nicolau, 1885)⁸⁵; e Jayme Azancot e Esther Benefraim, pais de Elias Benafrim Azancot, nascido no ano de 1871, “na ilha de Santo Antão, Cabo Verde”⁸⁶.

- 60 Embora a identidade dessas mulheres ainda não seja conhecida, assim como o último paradeiro da maioria delas, uma coisa é certa, já sabemos que estiveram por cá e que aqui, ao menos por algum tempo, cuidaram dos seus filhos.

- 61 Tal como elas, Esther, Mena e Mazaltob, terão chegado a Cabo Verde em companhia dos seus maridos - Abraham Benoliel, Moses Benrós e Jacob Pinto - ou, muito possivelmente, um pouco depois, para servir de suporte à nova vida intentada pelos cabeças-de-casal. Os filhos de Mena, (Isaac Pinto)⁸⁷ e de Mazaltob (Isaac Benrós, 1838⁸⁸, Abraham Benrós, 1844⁸⁹, Aarão Benrós, 1853⁹⁰ e Esther (?))⁹¹, é provável que, só a menina não tenha vindo de Tânger com os seus pais. Os de Esther, em número de oito, nasceram todos na ilha Boa Vista.

- 62 Infelizmente há pouquíssimos registos sobre a vida dessas matriarcas judias, o que fica agravado pela escassez de informações encontradas nas lápides dos jazigos femininos. De Mena e Mazaltob o que se sabe quase que se resume às datas e idades inscritas nos respectivos túmulos. Que Mazaltob nascera Cohen⁹², não nos esclarece, no entanto, da pertença ou não à família dos Cohen estabelecida em Santo Antão, proveniente de Mogador. Dúvida, aliás, que também subsiste em relação à Esther Brigham, igualmente Cohen, antes de se casar com Ayres Julião Brigham⁹³.

- 63 Só a respeito de Esther, originalmente Benatar⁹⁴, é que já contamos com um pouco mais de informação. A notícia do seu falecimento, contrariamente ao das outras duas, não só foi anunciada como reportada pelos familiares, no *Boletim Oficial de Cabo Verde*. É assim que, no «*Mapa dos europeus falecidos na Província de Cabo Verde no ano de 1891*», o desaparecimento da matriarca da importante família que permaneceria, para sempre, associada à ilha da Boa Vista, iria constar:

Esther Benholiel
 filiação: ignora-se
 naturalidade: Marrocos
 ocupação: -----
 data de óbito: 06 de fevereiro
 moléstia: cancro
 local do falecimento: ilha da Boavista ⁹⁵

Túmulo de Esther Benatar Benoliel⁹⁶

<http://www.barrosbrito.com/8774.html>

- 64 Segue, em nome do marido e filhos da malograda, a nota de agradecimento pelos cuidados dispensados à Esther durante a doença que conduziu à sua morte:

Agradecimento

Abraham Benholiel, Leão Benholiel, Simy Benholiel, José Benholiel, David Benholiel, Salomão Benholiel (ausente), Rachel Benholiel, Simão Benholiel e Maria Benholiel, altamente penhorados pela maneira agradável e desinteressada com que os Exmos. Srs. Bernardo José d'Oliveira, João Augusto Martins, José António Ramalho Pinto do Rosário e João Antonio Valeriano Coutinho se dignaram tratar a sua sempre chorada esposa e mãe D. Esther Benholiel que Deus foi servido chamar ao seu Santo Reino da Glória no dia 6 do corrente, após um longo sofrimento, vêm por este meio patentear a sua eterna gratidão e reconhecimento. Boavista, 9 de fevereiro, de 1891⁹⁷.

- 65 Esther e Abraham Benoliel eram naturais de Rabat, assim como Rafael Benatar, presumivelmente irmão de Esther⁹⁸. No seu histórico fica a lembrança de, no ano de 1879, tanto ela como o seu cunhado constarem da relação das pessoas que contribuíram para a edificação da igreja matriz da cidade da Praia. A oferta de Esther foi de 2\$350 réis e a de Isaac Benoliel \$ 600 réis⁹⁹.

- 66 Ainda, sobre essas três mulheres, será útil lembrar que Mena Pinto foi a única a conseguir, no seio da comunidade hebraica estabelecida em Santo Antão, um casamento absolutamente judaico para o seu filho Isaac.

4. Com os olhos nos números e legados dos testamentos

- 67 Ângela Benoliel Coutinho afirma que: “*Para além de Arão Ben-David e Marcos Bendaham, no século XIX há registo da presença de 14 comerciantes judeus na ilha Brava*”¹⁰⁰, o que não significa terem todos os 16 ali estado, em simultâneo. O próprio Arão Ben-David, natural de Mogador, é indicado pela autora como tendo ido residir nessa ilha, somente em 1870, depois de um certo número de anos a viver na cidade da Praia, de onde “*viajava com alguma frequência até lá*”¹⁰¹. Se é certo que as ilhas Brava e de São Nicolau estão entre as que, inicialmente, despertaram maior interesse para a emigração judaica do séc. XIX, nada faz crer que em alguma delas se tenha chegado a constituir um grupo significativo, sob o ponto de vista numérico e cultural.
- 68 Um pouco diferente será o caso das ilhas de Santiago e de São Vicente, cuja presença desses hebreus é fortemente notada no séc. XIX e inícios do XX. Apontando São Vicente como “*a segunda que recebeu um maior número de comerciantes judeus, a seguir a Santiago*”¹⁰², Ângela conseguiu identificar 21 hebreus “*que residiram nesta ilha*”¹⁰³. Em Santiago teriam sido ainda mais, assentados, sobretudo, na Praia¹⁰⁴, onde aportavam e se instalavam antes de qualquer outra acomodação, mas também em Santa Catarina¹⁰⁵ e no Tarrafal¹⁰⁶. Mas aqui, na ilha principal, apesar de contarmos, em determinados intervalos de tempo, com um número bastante expressivo para as circunstâncias, não se chegou também a formar uma comunidade culturalmente desenvolvida. Uma das possíveis razões para que isto não tenha ocorrido é o fato de muitos desses judeus fazerem de Santiago uma base de circulação pelo arquipélago, comprometendo uma relação mais estável com o espaço, pelas frequentes ausências da capital, pautadas por diferentes agendas de negócio.
- 69 Ilha de Santo Antão, 1872. Serão estes, o sítio e o momento a serem retidos como a imagem mais expressiva da colónia hebraica em Cabo Verde. Por essa altura, num tempo, é certo, que não terá sido muito longo e numa área do arquipélago também circunscrita, pelo menos ao nível de ritos e cerimónias possíveis, a prática do judaísmo foi uma realidade nessas ilhas.
- 70 A imigração significativa para Santo Antão, marcada pela chegada de um grupo de 11 hebreus nessa ilha, num processo sobre o qual pouco se conhece, deu-se cerca de uma década antes¹⁰⁷. Eram quase uma dúzia de hebreus a reunir-se com outros cinco que, desde 1842, foram chegando nessa ilha um a um e descontinuadamente¹⁰⁸. Depois da formação dessa comunidade, foram registados, até 1873, a entrada mais 12, mas quase sempre como no ritmo anterior à vinda dos 11. A não ser um pequeno reanimo, ocorrido entre 1865 e 1866, com o acolhimento de mais 4 e mais 3, respectivamente, a média de entrada anual até inícios dos anos 70 não foi muito mais do que uma pessoa por ano¹⁰⁹. Mesmo assim, apesar da não exuberância dos números em termos absolutos, não se poderá nunca dizer que, a nível da Província, a quantidade de hebreus reunidos em Santo Antão, tenha sido despicienda.

- 71 Esses e outros dados demográficos relevantes acerca dessa comunidade podem ser hoje conhecidos, graças, sobretudo, aos notáveis Relatórios do «*Serviço da Junta de Saúde na ilha de Santo Antão*», apresentados pelo dr. Francisco Frederico Hopffer.
- 72 Vejamos, primeiramente, como é que, no contexto religioso global, o mesmo distingue a identidade do grupo:
- (...) Todos são nominalmente católicos romanos, exceptuando uma colónia hebraica composta por uns 40 israelitas, pela maior parte oriunda de Tânger e Gibraltar, que estão de raiz nesta ilha¹¹⁰.
- 73 Tal constatação, alusiva ao ano de 1871, iria ser actualizada nos *Relatórios* posteriores, com dados ainda mais robustos acerca dessa comunidade. Afirma o exímio facultativo da província haver na ilha de Santo Antão 12 pessoas a professar a religião mosaica. Doze, sobre um grupo muito maior que, embora oscilante, segundo a radiografia apresentada, terá atingido o seu pico em 1872:
- A colónia israelita [acusava, ele,] contava, no ano de 1872, 54 hebreus; e em 1873 baixou a 46¹¹¹.
- 74 Indica o Relatório de 1873, quanto ao sexo e naturalidade desses hebreus, tratarem-se 27 homens e 19 mulheres: 3 do Reino, 9 de Gibraltar, 16 de Marrocos e 18 “*israelitas indígenas*”¹¹².
- 75 Pelo menos por essa altura, por já disporem do *minian*¹¹³, os cultos poderiam ser praticados na ilha de Santo Antão, com o requisito exigido. A ausência de uma estrutura própria para a sua realização, não era, de fato, um empecilho, pois nada obstava que os serviços religiosos pudessem ser feitos em suas casas, desde que “reunindo nelas o *minian*”¹¹⁴.
- 76 Ao que tudo indica, em nenhum outro lugar do arquipélago esse quórum terá sido alcançado, não sendo exagero admitir que jamais se esteve tão perto, como em Santo Antão, da possibilidade de consolidação de uma comunidade hebraica em Cabo Verde.
- 77 No Relatório relativo ao ano de 1874 as informações são novamente actualizadas mas, desta vez, contabilizando-se apenas 7 pessoas votadas à religião hebraica. O dr. Hopffer chama atenção para o ritmo evolutivo desse decréscimo: “*Vai diminuindo a colonia como se vê dos nºs 54, 46 e 31, correspondentes aos anos de 1872, 1873 e 1874*”¹¹⁵. Nesse último ano (1874) o balanço era o seguinte: 18 homens e 13 mulheres; 7 de Gibraltar, 12 de Marrocos e 11 de Santo Antão¹¹⁶. Mas a diminuição da comunidade hebraica da Ribeira Grande de Santo Antão não pararia por aí, chegando-se ao ano de 1879 com apenas 15 pessoas, 11 homens e 4 mulheres. Desses, 4 tinham vindo de Gibraltar, 3 de Tânger, 2 de Mogador e 2 de “Marrocos”, sendo os 4 restantes já nascidos em Santo Antão¹¹⁷. Num espaço de 5 anos o número desses hebreus tinha-se reduzido à metade! Uma tendência igualmente observada no Mindelo, num tempo ligeiramente depois, pelo menos em relação aos originários de Marrocos, já que os gibraltinos, em São Vicente, foram contabilizados como “*estrangeiros ingleses*”¹¹⁸. Durante o triénio de 1883-1885, a população marroquina residente na ilha ao lado decresceu de 11 para 9 e, depois, para 8 pessoas¹¹⁹.
- 78 O conjunto de dados disponibilizados pelo dr. Francisco Hopffer conduz-nos à justa noção do número máximo de hebreus que se mantiveram reunidos em Cabo Verde, nomeadamente na ilha Santo Antão. São, por isso, de extraordinário interesse. Contudo, se quisermos ir mais além no tocante à religiosidade presente no grupo, convém

examinar os inventários orfanológicos e/ou testamentos respeitantes a indivíduos dessa comunidade.

- 79 Joseph Julião Brigham (ou Joseph de Abraham Brigham), comerciante, de há muito domiciliado em Santo Antão, faleceu a 26 de março de 1907, de tuberculose pulmonar. Tinha 70 anos de idade¹²⁰. Apesar de ser o último a ser sepultado no cemitério hebraico de Penha de França, ocupa o túmulo indicado no croqui com o número 1. Assim como o seu irmão mais velho, Aires Julião Brigham, que também se instalou em Santo Antão, era natural de uma das principais localidades de origem dos hebreus estabelecidos nas ilhas, que hoje leva o nome de *Essaouira*. No testamento que fez um ano antes de falecer, constam as seguintes declarações:

Declara que é hebreu, natural de Mogador, província de Marrocos, que é filho legítimo de Abraham Julião Brigham e de Semy Abraham Brigham, já falecidos e não tem outros ascendentes vivos. Declara que quer se faça o seu enterro e as suas funções segundo a sua religião hebraica na importância de cem mil reis.

Declara que deixou para se fazer um cifir com o seu ornamento na importância de trezentos mil reis para ser colocado na igreja da terra de sua naturalidadeque deixa aos pobres de Mogador 50.000 rs, aos pobres e necessitados de Santo Antão, 20.000 reis...¹²¹.

- 80 Joseph Julião Brigham, que morreu no estado civil de solteiro, estabeleceu como únicos herdeiros os três filhos menores que tivera com três mulheres diferentes: Hortência, Theodoro e Libânia¹²². Assim sendo, deixou nomeado “*para seus testamenteiros e tutores dos ditos menores, o seu sobrinho Abraham Julião Brigham em primeiro lugar e em segundo lugar David Jacob Cohen*”, ambos moradores da vila Maria Pia.
- 81 No auto de juramento e declarações, Abraham Julião “*prestou juramento segundo o rito de sua religião hebraica*”. Três dos cinco indivíduos nomeados vogais do Conselho de Família, instituído para tratar das questões relacionadas com a tutoria e proteção dos menores, fizeram o mesmo, denunciando serem todos praticantes da religião hebraica: David Jacob Cohen, Moyses Jacob Cohen e Isaac Pinto. Os Cohen eram também de Mogador, enquanto Isaac Pinto tinha vindo de Tânger. No espólio deixado por Joseph Julião Brigham foram inventariados 14 livros hebraicos, avaliados em 1.400 reis que, posteriormente haveriam de ser arrematados por Moyses Jacob Cohen, num lote com outros bens¹²³.
- 82 O inventário orfanológico de Joseph Julião Brigham deixa entrever que a cultura religiosa guardada pela comunidade hebraica domiciliada em Santo Antão foi muito para além da perpetuação dos seus corpos em cemitérios privativos, debaixo das tradicionais estruturas tumulares. Os livros, importantes insumos para a manutenção da cultura desses hebreus, afiguravam-se como um suporte essencial para a observância das suas práticas.
- 83 Mas provas de judaísmo em Cabo Verde aparecerão com muito mais evidência no testamento do já mencionado sobrinho de José Julião Brigham, feito na cidade de Lisboa, a 18 de outubro de 1934¹²⁴. Por coincidência, foi ele também, tal como sucedera ao seu tio, o último a ser enterrado no outro cemitério de Santo Antão: no de Ponta do Sol.

Abraham Julião Brigham

Foto gentilmente cedida pela neta Lucy Rizette Brigham F. Cohen.

84 E assim aconteceu que, estando em tratamento médico na capital portuguesa, e muito provavelmente com algum receio de finar-se por lá, perante o notário do cartório da rua Áurea, nº50, compareceu Abraham Julião Brigham,

solteiro, maior, lavrador, morador na vila da Ponta do Sol, da ilha de Santo Antão (...) mas acidentalmente, nesta cidade de Lisboa, (...) E por ele foi dito: Que faz o seu testamento e disposição da sua última vontade pela maneira seguinte. – “Declaro que sou natural da ilha de Santo Antão de Cabo Verde, onde nasci em quinze de dezembro de mil oitocentos e sessenta e quatro, e que sou filho legítimo de Ayres Julião Brigham e sua esposa Esther J. Brigham, já falecidos de longa data. Que professando a religião israelita que era a de meus pais, na qual espero morrer, a dar-se este caso na ilha da minha naturalidade, desejo que se proceda ao meu funeral sem pompa, mas com decoro e simplicidade compatíveis com a minha idade e posição, e de harmonia com a minha crença, organizando-se o meu préstito tanto quanto possível a dentro das normas da mencionada religião e que, depois das abluções do estilo, seja o meu corpo amortalhado com o linho branco que para este efeito tenho uma peça na minha referida residência, e que em seguida se encomende para Lisboa uma loisa de cantaria branca, com a espessura mínima de trinta centímetros, sobre a qual se fará gravar, em hebraico e português, tanto o meu nome como o dos meus ascendentes, bem assim a data do meu nascimento e do meu óbito; - lápide esta que deverá ser colocada sobre a minha sepultura, assim que chegue a Santo Antão. – Se, porém, eu vier a falecer em outra qualquer parte, onde abundem correligionários meus, estes se encarregarão de seguir à risca todos os preceitos do nosso rito. – No entanto, a prevenir a conjectura do caso de vir a verificar nesta cidade, deixo uma carta endereçada ao meu particular amigo e correligionário o senhor Salm Levy, morador na rua dos Retrozeiros, número cento e sete, segundo andar, pedindo-lhe que se encarregue dessa missão, assumindo a sua direção pela forma prescrita na nossa lei, - até as suas mais ínfimas miudências, exigindo dos meus herdeiros, aqui representado pelo meu testamenteiro e filho José, a importância do seu custo” Na sequência do reconhecimento e nomeação dos seus 9 filhos “naturais” enquanto principais herdeiros dos seus bens, e avançar com as partilhas, declara o testador: “Que ao meu filho José lego todos os meus livros de estudo e recreio, à exceção dos de idioma hebraico, os quais fará chegar às mãos do meu aludido amigo Salm Levy, para serem por ele entregues, como oferta minha, à Sinagoga israelita nesta cidade, denominada “Es-haim (...) Que ao meu irmão Marcos lego toda a parte do vestuário que lhe for adaptável. Que à associação de Beneficência israelita, denominada “Comité Israelita”, de Lisboa de “Somej-noflim” e “Ozer-dalim”, suas congêneres e sob auspícios da primeira, lego a quantia de mil escudos a cada uma. Que lego bem assim a quantia de quatrocentos escudos para a limpeza e conservação do cemitério que eu for sepultado e mais cem escudos para serem distribuídos em esmolas de cinco escudos pelos pobres mais necessitados da terra e vila da minha residência, no dia do meu óbito ou naquele em que for conhecida a notícia¹²⁵.

- 85 Abraham Julião Brigham duraria ainda alguns anos. Acabou por morrer, como desejava, na sua terra natal, a 2 de setembro, de 1941. Tinha 76 anos de idade, constando da sua certidão de óbito que “*faleceu de senilidade-insuficiência cardio-renal*”¹²⁶. Tudo indica ter sido enterrado como manda a tradição judaica: envolto em um *pano de linho branco*, que guardara especialmente para a ocasião. No rol dos inúmeros bens deixados por ele surpreende a quantidade dos livros em hebraico que, por sua determinação, deveriam ser encaminhados à Sinagoga israelita «*Es-haim*», indicada no testamento: “*uma porção de livros hebraicos (setenta e dois), avaliados em 2.500 escudos*”¹²⁷.
- 86 O testamento denuncia a ligação que Abraham Julião Brigham mantinha com os seus “correligionários” de Lisboa, com os quais podia reunir-se, de tempos, em tempos, para a plena satisfação das necessidades culturais e religiosas. Era na capital portuguesa onde, decerto, lhe era dado nutrir-se espiritualmente e cumprir, com todos os requintes, os rituais mais intensos prescritos pela religião israelita. Por isso, o generoso donativo ao “*Comité Israelita*”, de Lisboa [e], às suas congéneres, a par da oferta do valioso acervo bibliográfico à Sinagoga israelita «*Es-haim*». Nesta Sinagoga é que, aliás, tinha sido, em 28 de abril de 1924, padrinho de Abraham Ohayon, “filho de Nissim Ohayon e de Donna Benarus Schocron”¹²⁸.
- 87 Abraham Julião Brigham tinha a perfeita noção de ser o último hebreu a viver em Santo Antão. Um hebreu já nado e criado em solo cabo-verdiano. Na ilha onde muitos da sua comunidade se tinham estabelecido mas que para ele, não só era também a sua terra como a de Vitória Maria da Luz, a mulher com quem constituiu família e lhe assegurou uma descendência de 9 filhos: Constança Brigham, Joana Brigham, Julieta Brigham, Alexandrina Brigham, José Andrade Brigham, Maria Vitória Brigham, Matilde Vitória Brigham, Zulmira Vitória Brigham e Margarida Vitória Brigham¹²⁹. Santo Antão era, de fato, a sua terra natal e, por assim entender, mandou reservar, no seu testamento “*cem escudos para serem distribuídos em esmolas de cinco escudos pelos pobres mais necessitados da terra e vila da minha residência, no dia do meu óbito ou naquele em que for conhecida a notícia*”¹³⁰. A obrigação para com os pobres era uma prática comum entre os judeus e, por isso, tal como o seu tio Joseph Julião, Abraham Julião Brigham quis deixar uma esmola aos “*mais necessitados da terra*”. Nesse caso, porém, o que certamente há de ter algum significado, o donativo era unicamente para a população carente de Santo Antão e não, como desejou Joseph Abraham, com duplo destino: “*aos pobres de Mogador 50.000 rs [e] aos pobres e necessitados de Santo Antão, 20.000 reis*”¹³¹.
- 88 Os testamentos e inventários orfanológicos, sempre ricos em informações, constituem uma mostra de grande interesse para o tema aqui tratado.

5. A estratégia dos casamentos endogâmicos e o suporte dos laços familiares

- 89 Os casamentos dentro do grupo, promovidos pelos casais de origem hebraica que desejavam manter os seus filhos na mesma cultura religiosa, são, certamente, bons indicadores de preservação identitária. Mas tal como os testamentos, se considerados apenas os casamentos em que pai e mãe de ambos eram hebreus, os relatos não abundam, presumindo-se, até, que tenham sido relativamente poucos. Daqueles de que temos notícia, o mais antigo data de 18 de outubro 1876 e foi realizado na ilha de Santo Antão, sendo os noivos, Moses Abecassis e Simy, originários de Gibraltar e Tânger¹³².

Fica-se por saber quem fez e como teria sido a cerimónia. Seria ela filha de algum dos “correligionários” daquela comunidade ou teria vindo para Cabo Verde precisamente para se casar? Quem teriam sido os padrinhos e que conteúdo e ornamentos sustentariam a quetubá¹³³ desse casal? “Tiveram uma filha em Santo Antão e outra e São Vicente”¹³⁴.

- 90 Marcos Brigham¹³⁵ com Camila Wahnon, unidos “segundo o rito hebraico”¹³⁶ nos aparece como um segundo enlace. O casamento, efetivado a 21 de outubro de 1896, ocorreria em Lisboa, na Sinagoga «Es-Haim»¹³⁷, a mesma a que Abraham Julião Brigham, irmão de Marcos, deixaria, posteriormente, os seus livros em hebraico. “*Foram celebrantes deste casamento Moses B. Benchimol e o pai do noivo, e madrinhas as mães dos nubentes*”¹³⁸. Contava Camila, nessa altura, com 20 anos e Marcos com 26. O casal teve apenas uma filha: Judith Wahnon Brigham, nascida a 26 de novembro de 1897, na ilha de São Nicolau¹³⁹. Esta, segundo J. Maria Abecassis, “foi nomeada a 2 de janeiro de 1899 ..., em Lisboa, pelo Rev. Isaac Wolfensohn, tendo sido seus Padrinhos Jacob Wahnon e Lyce Wahnon”¹⁴⁰. A “nomeação”, a que se refere o autor da *Genealogia Hebraica* corresponde à cerimónia religiosa a *Simchát Bat*, “realizada quando há o nascimento de uma menina judia”. “É nesta ocasião que a menina recebe o seu nome judaico e uma bênção especial do rabino”¹⁴¹. Seguindo o costume sefardita de homenagem a um parente vivo¹⁴², Marcos e Camila, deram à criança, o nome da sua avó materna: Judith.
- 91 Marcos e Camila pertenciam a duas famílias de grande prestígio em Santo Antão: os Brigham e os Wahnon: uma, oriunda de Mogador, a outra, de Gibraltar. Os pais de Marcos, Ayres Julião Brigham e Esther Cohen Brigham, haviam fixado residência na ilha em inícios dos anos 60 de 1800¹⁴³, depois de Ayres ter vivido algum tempo em Santiago¹⁴⁴. Muito provavelmente terão pertencido ao grupo dos chegados em 1861, mais tarde, portanto, do que Jonas Wahnon (D. João Wahnon), avô da noiva, que em 1856 já se encontrava em Santo Antão¹⁴⁵. Os tios de Camila, Isaac Wahnon e Raquel [Levy Bentubo] Wahnon¹⁴⁶, é possível que também tenham feito parte do grupo dos 11 mas, mesmo o casamento destes, supõe-se ter sido realizado (ou consumado) em Cabo Verde. Segundo Ângela Benoliel Coutinho,
- James Levy Bentubo, natural de Gibraltar, levou as suas filhas Judith e Raquel para se casarem com dois irmãos Wahnon, seus conterrâneos. Abraham residia em Lisboa e Isaac, em Cabo Verde¹⁴⁷.
- 92 A autora terá ainda identificado, no Arquivo Nacional de Gibraltar, “um pedido de passaporte, a 28 de Setembro de 1864, para [Jayme Levy Bentubo] viajar com a sua filha Raquel para Lisboa e para as ilhas de Cabo Verde onde iria casar-se com Isaac Wahnon ou juntar-se ao seu esposo”¹⁴⁸. Era um casamento (ou melhor, dois) tratado entre “conterrâneos”: Jonas Wahnon, pai de Abraham e Isaac e Jayme Levy Bentubo, pai das nubentes, Judith e Raquel.
- 93 Camila, que nascera em Lisboa, era, portanto, filha de Abraham, irmão de Isaac, que se casara com Judith¹⁴⁹. O seu avô Jayme Levy Bentubo, cuja presença no arquipélago pode também ser notada “desde o ano de 1856”¹⁵⁰, (...) terá vivido longos anos em Cabo Verde¹⁵¹, mais precisamente, na ilha de Santo Antão¹⁵². Jonas Wahnon e Jayme Levy Bentubo (juntamente com a mulher¹⁵³) terão, por conseguinte, antecedido o grupo dos 11. Camila também herdara o nome de sua avó: Camila Bentubo, mulher de Jayme Levy Bentubo¹⁵⁴.
- 94 Os pais de Marcos também já haviam acordado, no seio da comunidade judaica santantonense, um casamento para a sua irmã, Fortunata Brigham. Um ano antes do

matrimónio de Marcos, Fortunata desposaria Isaac Pinto¹⁵⁵, único filho de Jacob e Mena J. Pinto. O enlace, efectuado por procuração, deu-se também em Lisboa, onde os Brigham mantinham uma casa em que Fortunata residia na altura¹⁵⁶. Simão Anahory foi quem representou o noivo. Nessa casa é que, segundo J. M. Abecassis, havia nascido, em 29 de janeiro de 1894, Jacob Brigham Pinto, “circuncidado em 25 de fevereiro de 1895, [...] no largo do Corpo Santo, 6, 2º [...] por seu avô materno Ayres Julião Brigham, tendo sido seus padrinhos Simão Anahory e Esther Cohen Julião Brigham”. A criança viria a ser legitimada “por subsequente casamento dos seus pais, em Lisboa, a 23 de abril de 1895”¹⁵⁷.

- 95 Mais tarde, o casal teria mais uma filha: Messina Brigham Pinto, nascida em 1898¹⁵⁸. Registe-se o fato de a circuncisão do filho de Fortunata e Isaac ter sido realizada pelo avô, Ayres Julião Brigham. Estava ele, neste caso, a exercer a função de mohel¹⁵⁹ mas, um ano depois, como vimos atrás, seria o mesmo Ayres Julião Brigham, juntamente com Moses B. Benchimol, a celebrar o casamento do seu filho Marcos, na Sinagoga «Es-Haim» de Lisboa.

- 96 A família Pinto, oriunda de Tânger, terá ido residir em Santo Antão em período próximo ou, mesmo, coincidente à instalação dos Brigham. Pais e filho poderão estar, também, entre os 11 hebreus chegados em 1861, pois que, em 1868, Isaac Pinto já fazia parte do grupo dos negociantes influentes dessa ilha¹⁶⁰. Serels, fundado nos dados de J.M. Abecassis, faz um pequeno histórico dessa família:

Jacob Pinto was born in Tangier in 1830. A Moroccan citizen, he married Mena before moving to Cape Verde. He died in 1894 in Santo Antão. Their son was: Isaac Pinto died in 1921 in Santo Antão, Cape Verde. He was a business man who lived in Vila de Dona Maria Pia. He was civilly married to Fortunata Brigham who was born in Santo Antão. She was the daughter of Ayres Julião Brigham and Esther Cohen. Their son was Jacob Brigham Pinto who was later circumcised¹⁶¹.

- 97 Bidy Auday, provavelmente uma das filhas mais velhas de Marcos Auday e Simy Delmar¹⁶², desposou um Benchimol. Os pais de Bidy, ele de Tânger e ela de Gibraltar, haviam-se casado em Gibraltar em 1859 e, antes de fixarem residência em Cabo Verde, viveram alguns anos na capital portuguesa¹⁶³. Bidy, nascera em Lisboa. Morreu na Boavista, em 1887, um ano depois do seu presumível jovem irmão, Moses Auday, ter falecido na cidade da Praia¹⁶⁴. Embora a identidade do marido de Bidy não seja conhecida, a documentação da época faz referência a um certo S. Benchimol, negociante, a circular pelas ilhas no início dos anos 80 do século XIX¹⁶⁵.

- 98 Muitas dessas famílias de origem marroquina e gibraltina, antes de se estabelecerem em Cabo Verde, tinham-se instalado em Portugal, não sendo raros os casos de alguns já terem nascido em solo lusitano. Por conseguinte, os laços e as ligações regulares com a metrópole, sobretudo com a capital portuguesa, mantida por muitos como base principal, foram sempre preservados. Adicionavam-se às motivações de natureza familiar, pois parte dos seus havia permanecido por lá, a necessidade de realização de certos atos civis e religiosos e de efectivação de negócios. A conservação de uma casa em Lisboa era, por isso, de grande valia para as frequentes idas e vindas. Em Lisboa, é possível perceber as relações de proximidade entre essas famílias que, em muitos casos, vinham de trás, sendo mantidas, depois, em Cabo Verde. Jayme Levy Bentubo e Marcos Auday, por exemplo, casaram-se com duas irmãs gibraltinas, da família Delmar: Camila (1846)¹⁶⁶ e Simy (1859)¹⁶⁷ e, sendo cunhados, é provável que a decisão de estabelecerem negócios em Cabo Verde e irem para lá viver tenha sido planificada em conjunto. Marcos e Symy Auday foram, aliás, escolhidos para padrinhos de Mary (Meriam)

Bentubo Wahnnon, uma das filhas de Abraham e Judith, irmã de Camila, nomeada em Lisboa em 25.7.1870¹⁶⁸. As viagens a Lisboa para (ou aproveitadas para) cerimónias do género devem ter sido habituais.

- 99 Em dezembro do mesmo ano tanto Marcos como Jayme aparecem em Santo Antão, constando os seus nomes no abaixo-assinado feito pela comunidade judaica da ilha em agradecimento ao médico que havia cuidado do malogrado Fortunato Maman¹⁶⁹, falecido a 13 de dezembro¹⁷⁰. Fortunado Maman era, aliás, neto de Joaquim Aflaló¹⁷¹, cuja presença nas ilhas remonta aos anos 40 de oitocentos¹⁷². Entre os nove judeus que assinam o aludido documento podemos ainda encontrar Isaac Pinto que, posteriormente, haveria de se casar com Fortunata Brigham, filha de Ayres Julião e de Esther Brigham¹⁷³. A relação entre os Brigham, os Levy Bentubo e os Wahnnon fica também evidente por ter sido Ayres Julião Brigham, coadjuvado pelo avô da criança, Jonas Wahnnon, a fazer, em 1873, a circuncisão de Jayme Levy Bentubo Wahnnon, um outro filho de Abraham e Judith Wahnnon¹⁷⁴.
- 100 Ayres Julião Brigham era um *mohel* experiente e antes de ter circuncidado o seu próprio neto, Jacob Brigham Pinto (1895), presume-se já terem passado pelas suas mãos muitos outros meninos judeus. Dois anos antes de ter efectuado a de Jayme Levy Bentubo Wahnnon, havia de ser ele, também, a realizar, em Lisboa, a circuncisão de Saul Cagi (1871). Saul era o sétimo filho de Israel Cagi¹⁷⁵, um hebreu estabelecido na ilha de Santiago (Praia) desde meados de 800¹⁷⁶, onde chegou a manter, juntamente com o seu tio, a sociedade denominada «Marcos Cagi & Sobrinho»¹⁷⁷. O padrinho escolhido para Saul foi Abraham Azancot¹⁷⁸, que subscreve também o abaixo-assinado de agradecimento ao médico que assistira Fortunato Maman, antes de este falecer. As relações entre os Cagy e os Azancot revelam-se, ainda, na circunstância de Symy Azancot (presumivelmente mulher de Abrahão)¹⁷⁹, ser a madrinha de uma outra filha de Israel Cagi, que recebeu também o nome Simy (1873)¹⁸⁰. Israel Cagi era originário de Tânger, mas todos os quinze filhos que teve com Mary Sefarty, nasceram em Lisboa onde, aliás, havia-se casado. Esther era a mais velha dessa prole e veio a tornar-se, em 1883, a segunda mulher de Raphael Simão Anahory¹⁸¹. Ao seu irmão Abrahão Cagi, quinto filho do casal, seria destinada Sophia Zagury, filha do grande comerciante hebreu, nascido em Mogador, Isaac Zagury, estabelecido em São Vicente, no terceiro quartel de 800¹⁸².
- 101 Mas Jayme Levy Bentubo, como vimos, era também sogro do seu conterrâneo Isaac Wahnnon, casado com a sua filha Raquel, assim como do irmão deste, Abraham Wahnnon, casado com Judith. Nesse entrelaçamento familiar podemos recuar a Gibraltar e identificar Moses Abecassis como padrinho de dois outros filhos de Jayme: Ledisia Levy Bentubo (1854) e Judah Levy Bentubo (?)¹⁸³. Salomon Levy Bentubo, irmão de Jayme, era, por sua vez, padrinho de Abraham Azulay (1860)¹⁸⁴. Moses Abecassis e Abraham Azulay também fazem parte da lista de comerciantes hebreus estabelecidos nas ilhas, o primeiro em Santo Antão¹⁸⁵ e São Vicente¹⁸⁶ e o segundo, mais ligado à Brava e ao Fogo¹⁸⁷. Acrescente-se, ainda, o fato de Jayme Levy Bentubo ter como padrinho Abraham Anahory, avô dos irmãos Anahory instalados em Cabo Verde (13.3.1822)¹⁸⁸.
- 102 Abraham, Salomão, Jayme, Simão e Elias Anahory, netos de Abraham eram filhos de Moysés Anahory e de Mary Mór-José, sendo estes padrinhos do já citado Abraham Wahnnon, irmão de Isaac e pai de Camila (18.9.1849)¹⁸⁹. A ligação particular de Joaquim Aflaló aos Anahory fica patente no apadrinhamento a David Walter Abobbot Anahory, filho mais novo de Jayme (James), circuncidado, em Lisboa, logo após a morte do pai

(1877)¹⁹⁰. James Anahory morreu aos 38 anos, em Lisboa (1877)¹⁹¹, deixando viúva, com filhos pequenos¹⁹². Era casado com D. Alegria Abohbot (1867), uma judia também de origem marroquina, nascida nos Açores (ilha Terceira)¹⁹³ e que chegou a viver na ilha de São Vicente com o seu marido¹⁹⁴. Sabe-se que em 1861, Jayme, juntamente com seu irmão Abraham, tinham tido como destino a ilha de São Vicente¹⁹⁵ tendo nessa ilha formado uma sociedade comercial com Moses Zagury¹⁹⁶.

103 Os cruzamentos, tanto de parentesco como de apadrinhamentos por e de antigas amizades, são inúmeros mas não serão também poucos os encontros e as relações que esses hebreus foram tecendo pelo caminho, até chegarem ou enquanto viveram em Cabo Verde. Não é improvável que os casais de origem marroquina, Abraham e Esther Alves e Fortunato e Vitória Levy, pais Benjamim Alves¹⁹⁷ e de Bento e Moisés Levy¹⁹⁸, já tivessem algum contacto no Algarve, de onde partiram para Cabo Verde. Benjamim nascera em Faro (1848) e Bento em Lagos (1851)¹⁹⁹, sendo o pai e a mãe deste, de Mogador e Maraquexe²⁰⁰. Abraham Alves teria, ele também, nascido no Algarve. Em 1859 já estava Cabo Verde e as fontes sugerem que o filho, Benjamim, que aparece na documentação só em 1865²⁰¹, teria vindo depois. Os elementos apresentados por Ângela Benoliel Coutinho evidenciam o paralelo da trajectória dos Alves com a dos Levy. Sustenta a autora que: “Foi no ano de 1856 que Fortunato Levy,... de cerca de 40 anos de idade, terá aportado pela primeira vez no arquipélago de Cabo Verde”²⁰², e que na década de 1860 a família já estaria instalada na cidade da Praia, onde Bento “foi viver...com os seus pais Fortunato e Vitória”²⁰³. Anos depois, Bento Levy se tornaria cunhado de Salomão Anahory, não sendo, no entanto, as duas irmãs, de origem judaica²⁰⁴. Os irmãos de ambos estreitariam mais esses laços unindo-se a outras mulheres cabo-verdianas, parentes entre si: Simão Anahory a Engrácia Maria Loff²⁰⁵ e Moisés Levy à sobrinha dela, Maria Cecília Loff (Tarrafal de Santiago, 17.6.1888)²⁰⁶. Em Cabo Verde, os Levy e os Alves cultivaram uma estreita amizade, o que fica evidente em dois momentos do inventário orfanológico realizado na sequência da morte de Benjamim Alves: na referência feita ao ato de registo tardio de David (1913)²⁰⁷, um dos filhos de Benjamim, testemunhado por três dos filhos de Bento Levy “que declararam querer ser padrinhos”²⁰⁸ e no processo de reconhecimento de Juvêncio, um dos filhos ilegítimos de Benjamim, em que Bento Levy, o seu filho José Levy e mais um familiar com o nome António da Silva Levy são arrolados como testemunha²⁰⁹.

104 Uma atitude interessante observada em Cabo Verde, mas não será só nessas ilhas, é a tentativa de retoma dos casamentos “endogâmicos” por parte de descendentes dos hebreus cujo pai ou a mãe optaram por enlacs fora da comunidade hebraica. Foi o caso de Jayme Monteiro Levy, um dos filhos de Bento Levy e de Paula da Conceição Monteiro. Dos cinco rapazes que tiveram (José Monteiro Levy, Álvaro Monteiro Levy, Jayme Monteiro Levy Fortunato Monteiro Levy e Simão Monteiro Levy)²¹⁰ o terceiro, Jaime, veio a desposar Mary Benoliel, a filha mais nova de Abraham e Esther Benoliel²¹¹. Entre os Benoliel encontraremos ainda o exemplo de mais um dos filhos de Abraham e Esther, portanto irmão de Mary, a realizar um casamento no quadro da própria família. Salomão Benoliel casou-se com Carolina, filha da sua irmã mais velha, Simy e de António Miguel de Carvalho (Praia, 1913)²¹². No rol das testemunhas e na cerimónia “bastante íntima” de celebração do casamento de Salomão com Carolina encontram-se, para além de Naturino Alves, Bento Levy e três dos seus filhos: Jayme, que já pertencia a essa família por ter-se casado com Mary, Álvaro e Simão²¹³.

Registo de casamento de Salomão Benoliel e Carolina Benoliel de Carvalho²¹⁴

<http://www.barrosbrito.com/15292.html>

- 105 Os Wahnnon e os Levy Bentubo juntaram-se a essa família pelos casamentos realizados sobretudo com os filhos de Simy e António: Jacob, um dos filhos de Isaac e Raquel, com Judith Benoliel de Carvalho (Mindelo, 1921)²¹⁵; Lea Wahnnon, também filha de Isaac e Raquel, com Clementino Benoliel de Carvalho²¹⁶ e Carlos Pinto Wahnnon, filho de Jaime Wahnnon e de Maria da Conceição Pinto, com Alexandrina Benoliel de Carvalho (Mindelo, 1933)²¹⁷. O entrelaçamento do Benoliel com os Wahnnon fica evidente. O próprio casamento de Jaime Wahnnon com Maria da Conceição Pinto, filha de Isaac Pinto e mãe não judia, insere-se na mesma lógica dos outros atrás referidos. Mas há que invocar, neste caso em particular, a singularidade do ato, por constituir-se no primeiro casamento civil realizado na ilha de São Vicente. O jornal “A Liberdade” não deixou de noticiar a cerimónia ocorrida, no dia 16 de abril de 1902, “com toda a pompa e circunstância” na sala da administração do concelho e no consulado inglês ²¹⁸. A matéria subsidia e serve ao articulista para fomentar o caloroso debate que se travava na altura com a Igreja católica, até então, detentora do monopólio da celebração de casamentos²¹⁹. Jayme Wahnnon e Maria da Conceição Pinto tiveram quatro filhos, todos nascidos no Mindelo: Raquel Pinto Wahnnon (1903)²²⁰, Isaac Pinto Wahnnon (1904)²²¹, Carlos Pinto Wahnnon (1907)²²² e Alice Pinto Wahnnon (1909)²²³.

Maria da Conceição Pinto

Foto gentilmente cedida por Luis Almeida Santos

- ¹⁰⁶ No rol dos exemplos desses casamentos ou uniões que se observam na segunda geração estará também o de Isaac Anahory com Julia Azulay²²⁴. Isaac era filho de Jacob Anahory, originário de Gibraltar²²⁵, mas ele mesmo nascera em Arzila²²⁶, possivelmente terra da mãe. Ignora-se o parentesco que teria com os irmãos Anahory, filhos de Moysés. Embora Isaac tenha morrido na Boa Vista, foi na ilha Brava, onde ele e seu pai terão fixado residência nos inícios dos anos 70 de 800, que conheceu Júlia, filha Elias Azulay e Perpétua de Barros²²⁷. Elias tinha vindo de Túnis e já em 1866 pode ser localizado na ilha Brava²²⁸. Tiveram quatro filhos: Raphael Azulay Anahory, Maria Anahory, Cândida Anahory e Ana Rosa Anahory²²⁹.

6. Os extraordinários casos de conversão ao judaísmo

- ¹⁰⁷ Todos os sete filhos de Moisés Anahory e de Mary Mór-José nasceram em Lisboa, onde, provavelmente os dois, ele de Gibraltar e ela de Mogador, haviam-se casado. Salomão Anahory, nascido em 1838, foi o segundo filho, sendo Abraham, o primogénito (1835). Atrás de Salomão vieram James (1839), Clara (?), Simão (1847), Elias (1849) e Déborah (1851)²³⁰. Os cinco irmãos, incluindo Elias, que terá enveredado pela via religiosa (Rev. Elias Anahory)²³¹, assentaram negócios em Cabo Verde²³².
- ¹⁰⁸ A notícia de que o armazém que Salomão Anahory possuía na “*rua de Alencastre*”, havia sido roubado no dia 20 de agosto de 1856, atesta que, por essa altura, e ainda muito jovem, o mesmo já se encontrava estabelecido na capital da província. Cerca de uma década depois, estaria ele a solicitar da Câmara municipal o aforamento de um terreno “*para servir de cemitério dos israelitas que falecessem nesta cidade*”²³³. O objectivo não demorou muito a ser alcançado e, ao fim de alguns anos, a cidade da Praia já podia

contar com o almejado cemitério. Um “abrigo” que, entretanto, não chegou a lhe valer particularmente já que, depois de viver largos anos em Cabo Verde, Salomão Anahory acabou por morrer em Lisboa, no ano de 1911²³⁴.

- 109 Salomão Anahory veio a casar-se com D. Ignes de Barros Monteiro, uma das herdeiras do célebre morgadio dos Mosquitos, estabelecido na ilha de Santiago no ano de 1531. Quatro dos seis filhos do casal nasceram em Cabo Verde²³⁵ e, pela data de nascimento da primeira, Mary Monteiro Anahory (1865), estima-se que tal união tenha ocorrido por volta de 1864. O casamento não terá, no entanto, sido da vontade do pai da noiva, Paulo Monteiro dos Mosquitos, que, segundo J.M. Abecassis, “a deserdou”²³⁶. Na origem dessa exclusão, há que pensar, logo, no fato de Salomão ser judeu e, nessas circunstâncias, não ser possível um casamento católico senão por via da conversão. O certo é que no apontamento do genealogista, percebe-se ter sido ela a converter-se. Refere-se, pois, Abecassis, não à Ignez mas sim, à “Hannah Ignez Monteiro”, como a mulher de Salomão Anahory, o que indica a nomeação da mesma. Mas essa evidência fica ainda mais reforçada quando se sabe que, dos filhos que tiveram para além de Mary - Elias Salomão (1868), Sara (1869), Moysés (1871), Luna (1874) e Abraham Salomão (1875) -, pelo menos os dois últimos, que nasceram em Lisboa, foram submetidos aos rituais judaicos de nascimento. Luna Monteiro Anahory foi “nomeada” a 2 de fevereiro de 1874 “*pelo Rev. Moysés Hatchuel tendo sido seus padrinhos seu pai e Rachel Cardozo Anahory*”, enquanto Abraham Salomão Monteiro Anahory, circuncidado a 6 de maio de 1875, “*pelo Rev. Jacob Toledano e Rev. Moysés Hatchuel, tendo sido seu Padrinho Abraham Anahory*”²³⁷.
- 110 Não deixa de ser curioso o fato de Clara, uma das citadas irmãs Anahory, já ter, muito antes de Salomão, surpreendido a família pelo casamento contraído, por volta de 1859, com o fidalgo, ele próprio morgado, Sebastião Perestrelo de Vasconcelos. Neste caso, porém, seria ela a converter-se, o que realmente fez, adoptando nome de Maria Eugénia de Souza. Tratou-se, segundo José Maria Abecassis, do «*primeiro casamento misto que se realizou em Portugal entre judeus e católicos desde a expulsão, fato que lhe valeu ser votada ao ostracismo pela família Anahory*»²³⁸.
- 111 Mas se Salomão Anahory levou a mulher à conversão, o histórico do irmão, Simão Anahory, revela um procedimento semelhante mas, agora, com relação exclusivamente aos filhos. Raphael Simão ou simplesmente Simão Anahory²³⁹ teve com Engrácia Maria Loff, uma cabo-verdiana da ilha do Maio²⁴⁰, quatro filhos: Moysés de Simão Anahory (Santo Antão, 1874); Mary de Simão Anahory (São Vicente, 1876); Deborah de Simão Anahory (São Vicente, 1878); Raquel de Simão Anahory (São Vicente, 1880)²⁴¹. Deduz-se que a mãe tenha morrido e, nessas circunstâncias, ter Simão Anahory levado os filhos para Lisboa onde, de uma só vez, seria feita a circuncisão de Moysés e as nomeações de Mary, Deborah e Raquel²⁴². A cerimónia teve lugar na casa de Salomão Anahory, sita na Rua de São Paulo, 78-4º, em Lisboa, no dia 7 de janeiro de 1873. Os tios, Salomão e Hanna Ignes serviram de padrinhos de Moysés que, a partir de então, passou a usar o nome de Raphael de Simão Anahory. Das irmãs, Déborah foi apadrinhada por David e Esther Cagi enquanto Mary e Raquel, por outros membros da família²⁴³.

Rafael Simão Anahory

<https://www.geni.com/people/Rafael-Simao-Anahory/6000000020435064686>

Mary de Simão Anahory

112 <https://www.geni.com/people/Mary-Anahory/6000000020435124770>

Déborah de Simão Anahory

<https://www.geni.com/people/Deborah-Brand%C3%A3o/6000000020435124774>

Raquel de Simão Anahory

<https://www.geni.com/people/Raquel-Pereira-De-Matos/6000000020435124778>

- 113 O casamento de Simão Anahory com Esther Cagi, com quem teria outros filhos, dar-se-ia poucos dias depois, mais precisamente a 24 de janeiro de 1883²⁴⁴.

7. Na guarda dos sábados...mas dos domingos também?

- 114 Os Benoliel que se conservaram, até a segunda geração, fiéis ao culto de enterrarem os seus mortos no cemitério israelita fundado da Boavista, chegando, até, a lutar abertamente por isso aquando do impedimento da inumação de Isaac Benoliel, em 1915, não conseguiram, entretanto, preservar a cultura judaica em todas as suas dimensões.
- 115 Os filhos de Abraham e Esther, pelo menos Leão, José, David, Salomão e Simy, para além do mais, frequentaram a escola na ilha da Boavista²⁴⁵, não sendo de subestimar tudo o que poderão ter absorvido dessa experiência, enquanto cresciam. Outros meninos de famílias hebraicas, como os Esaguy, que fizeram o primeiro grau²⁴⁶ e o Seminário liceu (Isaac Augusto Esaguy), na ilha de São Nicolau²⁴⁷ teriam o mesmo percurso, não sendo o impacto sobre estes tão absoluto por, à dada altura, terem ido viver em Faro²⁴⁸, onde lograriam reavivar as suas referências culturais mais profundas.
- 116 A frequência de Simy na escola primária para meninas em 1879 e 1880²⁴⁹ é, certamente, prova de grande abertura da família Benoliel no que se refere especialmente à educação das filhas. Uma atitude que também se observa entre os Bohanna e os Wahnnon. Entre as colegas de Simy que, aliás, foi uma aluna distintíssima, encontramos o nome de Alegria Bohana²⁵⁰ (provavelmente filha de Simas Bohana)²⁵¹ e, pela mesma época, em São Vicente, os de Camila Raquel Wahnnon e Elisa Raquel Wahnnon²⁵², filhas de Isaac e de Raquel Wahnnon.
- 117 Nenhum dos oito descendentes imediatos de Esther e Abraham desposou alguém com idêntica origem e nem mesmo o irmão de Abraham, proveniente como eles de Rabat, absteve-se de escolher uma boavistense para sua mulher. Embora se tenha mantido na religião hebraica, todos os seis filhos que Isaac teve com Guiomar Soares de Brito²⁵³ – Ricardo Benoliel (1866)²⁵⁴, Isabel Benoliel (1872)²⁵⁵, António Isaac Benoliel (1877)²⁵⁶, Maria Benoliel (1880)²⁵⁷, Salomão Benoliel (1883)²⁵⁸, e José Fernandes Benoliel (1885)²⁵⁹ – foram baptizados na igreja de Santa Isabel, na Boa Vista. A aproximação da família à comunidade católica parece evidente e algum significado poderá ter o fato de, em 1879, tanto Isaac como a sua cunhada Esther terem feito donativos para a edificação da igreja matriz da cidade da Praia²⁶⁰. Tratar-se-ia apenas de um gesto, derivado da usual pressão

sobre as famílias de comerciantes, habitualmente chamadas a contribuir para as obras do tipo? Ou de alguma real influência da religião dominante sobre a isolada família dos Benoliel? Considerando que na ilha de São Vicente, outros hebreus chegaram a colaborar para o mesmo fim (Zagury & Cia, 20.000, o próprio I. Zagury, 9\$000, Isaac Wahnnon, 1\$500 e M. H. Abecassis, 1\$500)²⁶¹, há que considerar motivações de caráter mais subjectivo a concorrer para essas ofertas.

- 118 Mas acerca dos casamentos não há o que iludir sobre o peso e predomínio que a contraparte iria ter, particularmente sobre os descendentes, num terreno que lhe era francamente favorável. Mormente sendo ela, e não ele, a detentora da cultura dominante. O dr. Frederico Hopffer, ao referir-se à comunidade hebraica existente em Santo Antão, pelos anos de 1872-1873, quis pôr, logo, esta questão em evidência: “É preciso dizer [argumentava, ele] que nem todos os filhos naturais dos israelitas são criados na religião do pai se não na que professa a mãe”²⁶².
- 119 Praticamente todos filhos de Abraham e Esther Benoliel²⁶³, optaram por casamentos mistos: Simy, a mais velha, casou-se com António Miguel de Carvalho, oriundo de uma família abastada da Boa Vista²⁶⁴; David Benoliel tomou por esposa a irmã do seu cunhado, Maria Isabel de Carvalho²⁶⁵, uma mulher extremamente religiosa que ficou associada a construção da Capela de Fátima, empreendida com apoio do marido e “ajuda da população da Boa Vista”²⁶⁶; Raquel casou-se com João da Matta Carvalho²⁶⁷; Simão, ao que parece, casou-se na Guiné²⁶⁸; José, teve duas esposas: Paula da Conceição Mosso e Vicência Mosso, irmã da primeira²⁶⁹. O passamento de Paula levou a família a emitir a seguinte nota:
- Agradecimento
José Benholiel, Gregório Leitão Mosso, Dorothea Maria Spencer Mosso, Abraham Benholiel, José Spencer Mosso, Vicência Lima Mosso, Domingas Maria Tavares, Ermelinda Maria Spencer, Amélia Spencer Santos, Aurélio Augusto Spencer, António Miguel de Carvalho, Simy Benholiel de Carvalho, Rachel Benholiel e mais pessoas de família, agradecem penhoradíssimos a todos aqueles que se dignaram visitá-los e acompanhá-los durante a doença da sua sempre chorada esposa, filha, genra, irmã, bisneta, sobrinha e cunhada Paula da Conceição Mosso Benholiel e aos que também acompanharam os restos mortais dela à sua última morada e finalmente a todas as pessoas que por meio de bilhete ou pessoalmente lhes dirigiram pêsames – com especialidade agradecem ao reverendíssimo Padre António Manoel Costa Teixeira pela maneira afável e familiar com que os acompanhou sempre na doença – e pelo zelo e boa vontade manifestada por ocasião dos sufrágios à alma da falecida, e ao enfermeiro reformado Sr. Manoel da Silva Neves, pela prontidão, cuidados e dedicação que sempre mostrou nos curativos da doente. Ilha da Boa Vista, 10 de dezembro de 1893”²⁷⁰.
- 120 Só Mary e Salomão é que, de certa forma, poderão ser considerados excepções. Ela, por ter desposado Jaime Monteiro Levy (mas este, já filho de uma cabo-verdiana) e Salomão, a sobrinha, Carolina Benoliel de Carvalho²⁷¹ (cujo pai também não era judeu).
- 121 A história dos Wahnnon, neste particular, não seria muito diferente da dos Benoliel. Dos treze filhos de Isaac Wahnnon e Raquel Levy Bentubo, nenhum se casou com filhos de casais hebreus, observando-se, no entanto, por parte deles (e dos Benoliel), uma reaproximação à comunidade pelo casamento com descendentes de uniões mistas.
- 122 Assegurar a identidade pela via dos casamentos em terras tão longínquas, especialmente em ilhas com poucas famílias de mesma origem e com evidentes dificuldades de contacto cotidiano com outros hebreus estabelecidos em outros pontos do arquipélago, era uma aspiração excessiva. Tão excessiva como conseguir alguém que

instruísse os seus filhos com os parâmetros culturais dos pais. Daí o abandono, em parte, dessas duas componentes estratégicas para a preservação identitária. No campo das uniões afectivas e admissão de casamentos mistos, ao que parece, não houve grande resistência das famílias de origem hebraica estabelecidas em Cabo Verde. E mais facilmente, ainda, poderiam render-se a tais uniões os jovens hebreus chegados às ilhas sozinhos e solteiros, menos sujeitos a pressões familiares adversas. Na verdade, o percurso dos Benoliel e dos Wahnnon, em Cabo Verde, não obstante os enlaces atrás referidos, não difere muito da tendência observada em todo o arquipélago das uniões ou casamentos exogâmicos, com parceiros católicos. As tentativas “exitosas”, no sentido oposto, foram poucas e quase que circunscritas ao grupo da ilha Santo Antão/São Vicente. Mas mesmo nesses casos, o que se pode notar é que os casamentos não terão perdurado: Isaac Pinto acabou por divorciar-se de Fortunata Brigham²⁷² e Camila Wahnnon, em 1912, já tinha abandonado Marcos Brigham, encontrando-se em parte incerta, e “casada com outro homem”²⁷³. O casamento de Maria da Conceição Pinto com Jayme Wahnnon não durou dez anos, sendo ela a solicitar o divórcio. Assim, os protagonistas do primeiro casamento civil realizado em São Vicente (1902) acabaram, também, por abrir caminho aos divórcios na Província, liberados com a instauração da República. O *Boletim Oficial* publicou a seguinte notícia:

AÇÃO DE DIVÓRCIO

*Por sentença de de 26 de fevereiro último, que transitou, foi julgada procedente e provada a acção de divórcio litigioso requerida por Maria da Conceição Pinto Wahnnon professora particular, residente nesta vila da Ponta do Sol, contra seu marido Jayme Wahnnon, empregado no comércio, ausente em parte incerta, e autorizado o respectivo divórcio para os devidos efeitos e nos termos do artº 19 do decreto com força de lei de 3 de dezembro de 1910. Ponta do Sol, 15 de março de 1912*²⁷⁴.

- 123 O que se constata é que também em Santo Antão, acabaram por prevalecer os casamentos ou as uniões realizadas fora da comunidade. O filho mais velho de Moses e Mazaltob Benrós, Isaac, seguiu por esse caminho. Constituiu família com a santantonense Gertrudes Felicidade Silva²⁷⁵, com quem teve, pelo menos, oito filhos: Felicidade da Silva Benrós (1863)²⁷⁶, Celeste Benrós (1879)²⁷⁷, Afonso Benrós, Leão Benrós, Inês Benrós, Júlia Benrós, Maria da Piedade Benrós e Carlota Benrós²⁷⁸.
- 124 No cômputo geral, tanto os casamentos como as uniões “de fato”, são muitos, o que é possível confirmar nos mais casos aqui elencados: Moisés Levy, casado primeiramente com Ermelinda Évora, natural de Lisboa e, a seguir, com a maiense Maria Cecília Loff²⁷⁹, depois de enviudar-se pela segunda vez, desposou Serafina Gomes de Barros²⁸⁰; Bento Levy, casado com Paula da Conceição Monteiro; Benjamim Alves com Emília de Melo (1881)²⁸¹; Isaac Seruya com Constança²⁸²; Elias Azulay com Perpétua de Barros²⁸³, Simão Benaim com Francisca Rocha Lima²⁸⁴, David Azancot com Maria da Conceição Pereira²⁸⁵; Abraham Julião Brigham com Vitória Maria da Luz; António Levy Bentubo (filho de Jaime e de Camila Levy Bentubo e já nascido na ilha de Santo Antão, 1863²⁸⁶) casado “conforme o rito da Santa igreja Católica, Apostólica, Romana” com Maria das Dores Monteiro (Mindelo, 1895)²⁸⁷; Simão Anahory com Engrácia Maria Loff; Salomão Anahory com Ignez de Barros Monteiro (que veio a converte-se ao judaísmo); Joseph Abitbol (José Bento de Oliveira) com Maria das Neves Spencer e, depois, com Rufina de Oliveira²⁸⁸.
- 125 Numa segunda categoria de uniões distinguem-se os hebreus que, embora já casados com mulheres judias que, por uma razão ou outra não acompanharam os seus maridos, acabaram por fundar uma segunda família em Cabo Verde²⁸⁹. Dois exemplos conhecidos

são os de Jonas Wahnnon e de David Jacob Cohen. O primeiro (1812-1895), nascido em Gibraltar, era casado com Meriam Bensid Cohen, de Tetuan, mãe de Isaac, Abraham e mais quatro outros filhos nascidos entre os anos de 1840 e 1849²⁹⁰. Exceto Abraham, que já nascera em Lisboa, todos os outros eram originários de Gibraltar e Tetuan²⁹¹, o que indica ter Jonas assentado uma base na capital portuguesa onde, aliás, Meriam veio a falecer, em 1889²⁹². Terá vivido junto aos filhos, entre os quais Abraham, casado com Judith Levy Bentubo, sendo ela, aliás, a madrinha Jacob Bentubo Wahnnon, um dos seus netos, circuncidado em 1881²⁹³. Em Cabo Verde, na ilha de Santo Antão, Jonas Wahnnon (ou D. João Wahnnon) viveu “pelo menos doze anos”²⁹⁴ com Gertrudes Benvinda Maria de Jesus Ferreira, originária de Setúbal, Portugal, com quem teve cinco filhos: Fernando Wahnnon (1868), Maria Ernestina Ferreira Wahnnon (1873), Veríssimo Wahnnon (1875), Jorge Ferreira Wahnnon (1878) e Daniel Ferreira Wahnnon (?)²⁹⁵. Sobre o casamento judaico de David Jacob Cohen, as notícias são mais modestas, apenas que o nome da mulher era Luna e que não teve filhos com ela. Terá ela ficado em Inglaterra (ou Lisboa) de onde se supõe ser originária. Em Santo Antão, David Jacob Cohen viveu continuamente com Maria das Dores Brito Costa com quem teve oito filhos: Benjamim David Cohen (1882), Nina Cohen (?), José David Cohen (1886), Leão David Cohen (1892), Elisa Cohen (1894), Maria dos Reis Cohen (1896), Daniel David Cohen (?) e Eliseu David Cohen (1898)²⁹⁶. Durante o tempo em que estiveram em Cabo Verde terão feito viagens periódicas a Lisboa e Londres, também por motivos comerciais. Depois de muitos anos instalados em Santo Antão e dos filhos já terem tomado pulso nos negócios, Jonas Wahnnon e David Jacob Cohen, embora em tempos diferentes, acabaram por abandonar a ilha. Jonas morreu em 1895, em Lisboa, aos 83 anos²⁹⁷ e David Jacob em Londres, em 1938, aos 87 anos de idade, vítima de um desastre de automóvel²⁹⁸.

Yonah Wahnnon (1812-1895)

<http://www.barrosbrito.com/5444.html>

David Jacob Cohen (1851-1938)

<http://www.barrosbrito.com/10473.html>

- 126 As uniões e os casamentos mistos foram os que, efectivamente, perduraram no tempo e, obviamente, em desfavor da preservação cultura e religião hebraicas. Encontramos de todos os tipos, como dita a própria natureza humana. Mas há que reparar na predisposição desses hebreus para assumirem integralmente os seus filhos, o que inclui aqueles que, ou por já serem casados, ou por não quererem abandonar a sua religião, se mostraram indisponíveis para a formalização das suas uniões em termos matrimoniais. Os filhos desses, tal como daqueles que optaram por um casamento católico, não foram só herdeiros dos seus nomes e do património que conseguiram construir em Cabo Verde. Foram também objecto de investimentos educacionais e das vantagens sociais daí advenientes.
- 127 Na opção de um casamento oficial “face” à igreja católica, a conversão era uma exigência, o que podia ser alcançado pelo baptismo, devidamente autorizado pelo Bispo de Cabo Verde. Foi o caso de Bento Levy, chegado a Cabo Verde com 18 anos, para juntar-se aos pais²⁹⁹. Passada uma década, encontrar-se-ia na freguesia de São Nicolau Tolentino, em São Domingos, a casar-se com D. Paula de Conceição Monteiro. Mas, não sem antes de ser baptizado. Vejamos o documento:

Bento Levy, filho de Fortunato Levy e Vitória Levy - Aos sete dias do mês de julho do ano de mil oitocentos e setenta e nove nesta paroquial Igreja de São Nicolau Tolentino do Concelho da cidade da Praia desta ilha de Santiago e Diocese de Cabo Verde solenemente o Reverendo Pároco da freguesia de Santa Catarina desta ilha José Duarte, autorizado pelo Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo desta Diocese em sua Provisão de oito do mês de maio do presente ano, baptizasse a um indivíduo de sexo masculino com o nome de Bento (Levy por apelido) depois de feita a protestação da fé da nossa Santa, e Apostólica Religião; a qual Bento às

quatro horas de tarde nasceu de onze de novembro do ano de mil oitocentos e cinquenta e um nasceu em Algarves do Reino de Portugal; filho de Fortunato Levy, negociante, e Vitória Levy, naturais de Marrocos: neto paterno de Bento Levy e Míshóda (?) Levy, e materno de Moysés Levy, e Hamanán (?) Levy, naturais todos do mesmo Marrocos: foi seu padrinho, Pedro Semedo Cardoso proprietário, morador no sítio de Braço (?) desta freguesia, e madrinha a Coroa de Nossa Senhora da Conceição, apresentada pelo António Pedro Silves Ferreira, empregado público, morador em Ribeira Grande da freguesia de São Lourenço deste dito Concelho: sendo o dito Bento Levy e seus pais residentes na dita Cidade da Praia cuja declaração me foi dada pelo mesmo baptizado. E para constar lavrei em duplicado este assento que depois de ser lido e conferido perante eles, e o assinaram comigo. Era ut supra. O Pároco, Pedro Rodrigues Soares; o Vigário José Duarte; Pedro Semedo Cardoso; Bento Levy; António Pedro Silves Ferreira³⁰⁰.

- 128 Com o irmão Moysés, terá acontecido o mesmo, segundo se pode depreender do assento do seu segundo casamento, no qual se atesta terem os nubentes apresentado os “papéis” necessários, estando, portanto, “*sem impedimento algum canónico civil para o casamento*”:

Moysés Levi, viúvo de Ermelinda Evora e Maria Cecília Loff - Aos dezessete dias do mês de junho do ano de mil oitocentos e oitenta e oito, nesta Igreja Paroquial de Santo Amaro Abade da ilha de Santiago, Concelho de Santa Catarina, Diocese de Cabo Verde na minha presença compareceram os nubentes Moysés Levy, e Maria Cecília Loff, os quais sei serem os próprios, com os pa[pé]is do estilo correntes e sem impedimento algum canónico ou civil para o casamento, como consta do mandado do respectivo vigário foraneo deste distrito; ele de idade de trinta anos, viúvo que ficou de Ermelinda Évora, natural de Lisboa, comerciante estabelecido no porto do Mangue, filho legítimo de Fortunato Levi e D. Victória Levi; ela, solteira, de idade de vinte e oito anos, natural da ilha do Maio e residente na povoação do Mangue desta freguesia, filha legítima de José Maria Loff já falecido e D. Maria Léger Loff: os quais nubentes, se receberam por marido e mulher e os uni em matrimónio procedendo em todo este acto conforme o rito da Santa Madre Igreja Católica e Apostólica Romana. Foram testemunhas presentes que sei serem os próprios, António Lopes Corrêa, tesoureiro, e Manuel da Luz Gomes Corrêa, solteiro, lavrador, residente nesta freguesia. Para constar mandei lavrar em duplicado o presente termo que, depois de ser lido e conferido perante os nubentes e testemunhas presentes, com estes e o nubente assino. Moysés Levy, António Lopes Corrêa, Manuel da Luz Lopes Corrêa, o vigário João da Cruz Silva³⁰¹.

- 129 Benjamin Alves, filho do casal marroquino Abraham e Esther Alves, é um outro exemplo. Era, como Bento Levy, originário do Algarve. Para se casar com Emília de Melo, Benjamin Alves teve também de converter-se pelo baptismo. Deste ato, ficaria lavrado o seguinte documento:

Aos vinte e oito dias do mês de março de mil oitocentos e oitenta e um, nesta paroquial igreja de São Lourenço da ilha de São Thiago de Cabo Verde, concelho da cidade da Praia, batizei solenemente e pus os santos óleos a Benjamin Alves, que pertencia à religião hebraica, natural da cidade de Faro, no Algarve, de trinta e três anos de idade, e filho de Habraham Alves e de Dona Esther Alves, aquele falecido, e esta emigrante no Pará, Brasil, sendo o batizando residente em São Thiago, e tendo nascido a oito de março de mil oitocentos e quarenta e oito. O mesmo batizando me deu os esclarecimentos. Forão padrinhos João Carlos Vieira, casado, proprietário, e sua esposa Dona Maria da Costa Monteiro, moradores nesta freguesia, no sítio de Vargem da Igreja, os quais como o batizando, assinaram comigo este termo que fiz em duplicado. Assinando-o depois de lido e conferido perante todos. O Chantre Manuel Fernando d’Aguiar, Benjamin Alves, João Carlos Vieira³⁰².

- 130 Benjamin Alves morreu no hospital da cidade da Praia, aos 70 anos de idade (1. 12.918)³⁰³. O património deixado por esse judeu convertido mas que descansa em jazigo

hebraico, foi herdado pela esposa³⁰⁴ e pelos dez filhos que deixou: os legítimos: Naturino (1881), Alexandre (1883), Malvina (1884), David (1888), Otaviano (1892) e Mário (1897), e os tidos de outras mulheres, antes e durante o casamento (ilegítimos mas reconhecidos³⁰⁵): Juvêncio Varela Alves (1872), filho de Martinha Varela, Ivo Alves (1907) e Odin Alves (1909), filhos de Cidália Costa e Edwino Alves (1914), filho de Joana Paula Galina. O nome foi partilhado por todos, abrindo caminho para a enorme descendência dos Alves espalhada, sobretudo, pelo interior de Santiago (Santa Catarina), onde Benjamim tinha vivido a maior parte do tempo³⁰⁶.

- 131 O percurso de Joseph Abitbol, a quem se atribui a primazia de ter sido dos primeiros hebreus a estabelecer-se em Cabo Verde nessa fase, é um pouco diferente. Instalado em São Nicolau³⁰⁷, onde foi “*proprietário de casas na vila da Ribeira Brava*”³⁰⁸, lá viveu até a morte (1880). Joseph Abitbol também ficou conhecido por um outro nome vincadamente cristão: José Bento de Oliveira³⁰⁹. Foi nessa ilha que conheceu Maria das Neves Spencer, com quem, entre 1844 e 1862, viria ter alguns filhos: Carlos (1844), Júlio (1851), Júlia (1853), Raphael (1855, +), Ana (1857), Raphael (1861), Francisca (1862)³¹⁰. Todos eles seriam, no entanto, registados como “filhos naturais” de Maria das Neves Spencer, que em outros documentos da mesma época é indicada como “solteira”³¹¹. O nome do pai é omitido. A partir de fins de 1860, deparamo-nos com o nascimento de outros três filhos de Joseph Abitbol: Salomão (1860), “*filho natural de de Rufina Maria d’Oliveira*”, Maria (1862) e António (1863), sendo esses dois últimos registados como “filha”/ “filho” “*natural de Joseph Abitbol, súdito da religião judaica, negociante e Rufina Maria d’Oliveira, solteira, moradores na Rua do Calvário desta ilha, neta paterna de António Abitbol e Ana Aires, materna de António Patrício de Oliveira e Maria das Neves*”³¹².
- 132 Ora, tanto os filhos de Maria das Neves Spencer como os de Rufina Maria d’Oliveira foram baptizados na igreja matriz de São Nicolau, dando-se inclusive o estranho caso de as duas mulheres serem madrinhas de um dos filhos da outra: Maria das Neves, de Salomão, enquanto Rufina, de Francisca³¹³. Os filhos de Maria das Neves Spencer herdaram o nome cristão do pai (Carlos Bento d’Oliveira, Júlio Bento d’Oliveira, Júlia Maria d’Oliveira, Ana Maria d’Oliveira, Rafael Moysés d’Oliveira e Francisca Maria d’Oliveira)³¹⁴, assim como a filha de Rufina, que recebeu o nome de Maria Rufina d’Oliveira. Somente Salomão e talvez António (que morreu menino) é que teriam herdado o patronímico Abitbol que, entretanto, não foi transmitido aos descendentes, tornados também Oliveira.

Carlos Bento d’Oliveira

Foto gentilmente cedida por Maria José Oliveira e Silva Saint'Aubyn Mascarenhas

Júlio Bento d'Oliveira

Foto gentilmente cedida por Maria José Oliveira e Silva Saint'Aubyn Mascarenhas

Francisca Maria d'Oliveira

Foto gentilmente cedida por Maria José Oliveira e Silva Saint'Aubyn Mascarenhas

- 133 Assim, dissipou-se em Cabo Verde, o patrónimo Abidbol, que não terá sobrevivido muito para além de Salomão. Na verdade, Salomão Joseph como, de fato, aparece na relação do ano lectivo de 1876-1877, ao lado do seu irmão Raphael:

Alunos externos:

Salomão Joseph Abitbôl - estudava latim no primeiro ano, abandonou o estudo.

Raphael Moysés d'Oliveira - aprovado nemine no 2º ano de francês.

Raphael Moysés d'Oliveira - aprovado nemine no 2º ano de português³¹⁵.

- 134 Observemos novamente o anúncio da morte de Joseph Abitbol, em que é referenciado com o seu nome cristão, mas não os progenitores:

José Bento d'Oliveira – súbdito português, casado, de 64 anos de idade, israelita, natural de Tânger, negociante, residente na ilha de São Nicolau, filho de Hassam Abitebal e Nana Abitebal³¹⁶.

- 135 Só há que concluir que também os seus pais, que no registo de nascimento de Maria e António aparecem como *António Abitbol e Ana Aires* eram, originariamente, *Hassam Abitebal e Nana Abitebal*. Quer dizer, a família toda tinha adotado um outro nome, muito possivelmente antes do estabelecimento de Joseph Abitbol em São Nicolau. Um acórdão do Conselho de Província, emitido para a resolução de um conflito que envolvia interesses comerciais, esclarece, em parte, a questão do duplo nome utilizado por esse hebreu. Eis a Sentença nº 53, emitida em 26 de maio de 1874:

Acordam os do conselho de província:

Que, tendo-lhe sido presente o requerimento em que Pedro Rodrigues de Castro recorre do acordam da camara municipal do conselho da ilha de São Nicolau, que

lhe indeferira um outro em que pedira que se intimasse o hebreu José Bento d'Oliveira para registrar na secretaria da mesma camara a sua carta de naturalização, visto que, por certidão passada pela dita secretaria, consta não se achar ainda registada com tal nome:

Atendendo a que o referido Oliveira tinha apresentado em sessão da camara de 1 d'abril a sua carta de naturalização, sob o nome de Joseph Abitbol, havendo-se reconhecido que ela já ali se achava registada desde 5 de dezembro de 1849; e tendo-se mostrado também que, com quanto fosse esse seu nome de família, ele usara, contudo, sempre do de José Bento d'Oliveira, pelo qual era conhecido antes e depois da naturalização, e tinha servido vários empregos: em vista do que a camara havia indeferido a pretensão do recorrente, baseando-se em que, registada a carta, embora com o nome de Joseph Abitbol, não havia necessidade de novo registo; Atendendo a que, segundo as alegações produzidas por José Bento d'Oliveira, e não contestadas pelo recorrente, se prova que o uso deste nome, quando mesmo suposto, datava de mais de 25 anos, e que, por tanto, mal poderia aplicar-se-lhe o artº 226º do cod. pen. como pretende o recorrente, por isso que, quando existisse criminalidade, não era possível dar ao dito cod. um efeito retroactivo, como se lhe daria indo faze-lo punir um crime praticado muito antes dele ser posto em vigor nesta província (18 de dezembro de 1854);

(...)

Por todas essas considerações, resolvem os do conselho denegar o provimento ao recurso de que se trata, interposto pelo referido Pedro Rodrigues de Castro. Sala das sessões, etc. = Caetano Alexandre d'Almeida e Albuquerque, governador geral, presidente = Balsemão, secretário geral = P.A.M. d'Azevedo, delegado interino = V. J. de Mello = J. P. de Borja³¹⁷.

- 136 O acórdão denuncia não só a data em que Joseph Abitbol havia apresentado a sua carta de naturalização na Câmara Municipal de São Nicolau (5 de dezembro de 1849), como ter sido a mesma emitida com este seu nome de nascença. Todavia,
- com quanto fosse esse seu nome de família, ele usara, contudo, sempre do de José Bento de Oliveira, pelo qual era conhecido antes e depois da naturalização, e tinha servido vários empregos³¹⁸.
- 137 Uma outra evidência é de a utilização do nome cristão por parte de Joseph Abitbol ser anterior ao da sua naturalização e, mesmo, da data em que foi regulada os casos de mudança dos nomes estrangeiros (1854)³¹⁹.
- 138 Até onde as pesquisas nos permitem apurar, o que se verifica com Joseph Abitbol, em termos de identificação, não se observa com nenhum dos outros hebreus estabelecidos em Cabo Verde por essa mesma época. Nomeadamente, com Salomão Pimenta, Abraham e Benjamim Alves, Fortunato Cardoso e Isaac Pinto, cujos patrónimos latinos, ao que parece, já estavam consolidados.
- 139 Distinto também será do caso dos hebreus que, pelo fato de os seus nomes serem estranhos ou mesmo difíceis de pronunciar na sociedade de acolhimento, acabaram por optar pela sua tradução ou por adotar um outro, de mais fácil assimilação e reconhecimento pelo património onomástico de onde estavam. Por exemplo: Mordechai Auday que ficou conhecido como Marcos Auday³²⁰, assim como Mordecai Bendaham, também como Marcos³²¹, Yonah Wahnnon por Jonas Wahnnon³²², Ayres Ohayon Brigham por Ayres Julião Brigham (provavelmente pela sonoridade, é o Ohayon que se transforma em Julião³²³) ou Makluf Seruya por José Seruya. Neste último caso, mais difícil de estabelecer a identificação dos nomes na mesma pessoa, a peça-chave para se estabelecer a equivalência foi um anúncio publicado poucos dias depois da morte de Makluf. Falecido a 9 de julho de 1872, logo, a 20, incumbiu-se o irmão do

malogrado, grande comerciante da cidade da Praia, de fazer o seguinte comunicado no *Boletim Oficial*:

Izaak Seruya, extremamente penhorado pelas atenções que se dignaram dispensar-lhe e a seu infeliz irmão José Seruya, tanto durante a curta, dolorosa e fatal enfermidade deste, como depois do seu falecimento, acompanhando-o à sua derradeira morada, vem por este meio dar-lhes um público testemunho de gratidão, asseverando-lhes que a lembrança de tão elevadas finezas é o único lenitivo à dor acerba que o oprime. Cidade da Praia, 20 de julho de 1872³²⁴.

8. A “herança” dos filhos

140 Do ponto de vista da descendência desses hebreus importa reconhecer, para além dos frutos das ligações matrimoniais e das uniões estáveis em coabitação permanente, perpetuadores naturais do patrónimo judaico e dos bens familiares constituídos em Cabo Verde, algumas outras situações. Grosso modo, podemos agrupá-las da seguinte forma: a dos filhos perfilhados ou reconhecidos tardiamente; a dos que só foram reconhecidos como herdeiros dos bens e não do nome paterno; a dos filhos que trataram eles próprios de reivindicar a sua filiação, na sequência da morte do progenitor e, por último, e esses serão os mais difíceis de identificar, aqueles que nem nome nem herança receberam. É preciso dizer, no entanto, que todas essas situações reflectem um comportamento comum na sociedade cabo-verdiana daqueles tempos, não sendo, por isso, apenas respeitante ao grupo dos hebreus aqui analisado. Todavia, embora a conta esteja por fazer, é bem possível que, no caso destes, a tendência tenha sido a do reconhecimento da descendência, ainda que esta não estivesse em condições de dar continuidade à essência da identidade paterna.

141 Na primeira situação encontram-se os herdeiros de Hillel Benchimol, falecido em 1903, no estado civil de solteiro, *ab-intestado*³²⁵. Segundo o inventário orfanológico, realizado em 1907, ficaram “os seguintes filhos perfilhados por escritura pública”, todos maiores de idade, casados e batizados: Emília Benchimol Semedo (1865), Salomão Tavares Benchimol (1870), Adelina Benchimol Freire (1872) e Ermelinda Benchimol Pinto (1875)...

Que são pois estes quatro os únicos filhos reconhecidos do inventariado, apesar de constar ...ter o inventariado uma natural...casada,...e falecida oito anos antes do inventariado ter reconhecido os quatro indicados por seus filhos, e sem ser reconhecida como filha do inventariado, e da qual ficaram os seguintes filhos supostos netos do inventariado ... António,...Violante,...e mais cinco filhos³²⁶.

142 A perfiliação dos quatro filhos, havidos “de uma mulher livre”, dar-se-ia a 20 de abril de 1902, portanto, um ano antes morrer³²⁷. Os filhos que Hillel Benchimol tinha tido com Cândida Tavares Semedo³²⁸, foram então reconhecidos “para todos os efeitos legais” de modo a permitir-lhes gozar “de todos os direitos e regalias que as leis conferem aos filhos perfilhados”, autorizando a todos “a usarem do seu apelido”³²⁹. Com Juvêncio Varela Alves, filho mais velho de Benjamim Alves, veio a suceder algo parecido. Somente com a morte do pai, e quando já contava com 46 anos de idade, é que, através de uma “investigação de paternidade ilegítima”, é que Juvêncio, para efeito de herança, logrou ultrapassar a condição “filho ilegítimo não reconhecido”³³⁰.

143 Dos herdeiros apenas dos bens e não do nome, já nos referimos quando tratamos do Inventário orfanológico de Joseph Julião Brigham, falecido na Ribeira Grande de Santo Antão, em 1907, “no estado de solteiro sem ascendentes ou descendentes legítimos [...]”

deixando uma herança de 1.000.000 réis aproximadamente, quasi toda em móveis (fazenda e mais objectos do seu comércio) a qual repartiu por três ou quatro herdeiros estranhos entre si e todos menores, além de alguns legados.” Os “três ou quatro herdeiros estranhos entre si”, eram, afinal, três: Hortência Apolónia Gomes, filha de Apolónia Josefa Gomes, Theodoro dos Reis Lopes, filho de Rosa Maria da Luz, e Libânia Maria da Conceição, filha de Joana Maria da Conceição³³¹.

- 144 Em condição diversa estarão os herdeiros de Salomão Pimenta que, ao que parece, nem trouxe, nem chegou a constituir família em Cabo Verde. Depois da sua morte, em julho de 1866, duas pessoas apresentaram-se como sendo seus filhos. Primeiramente, o patrão-mor da ilha da Brava, Amâncio Júlio de Menezes que, logo em 1º de outubro do mesmo ano, anunciava publicamente “*que pretende habilitar-se como filho e herdeiro de Salomão Pimenta, para todos os efeitos legais*” e que, daquele dia em diante, passaria a assinar como “*Amâncio Júlio de Menezes Pimenta*”³³². Um ano depois era Júlio Borges Ferreira a requerer, no Juízo Ordinário do julgado da ilha Brava que fossem posto éditos,

*citando e chamando a todas as pessoas que se julgarem com direito à herança de Salomão Pimenta, negociante, falecido na ilha de S. Nicolau desta província”, já que o mesmo “pretende habilitar-se como filho natural e único herdeiro do falecido”*³³³.

- 145 Na história desses hebreus há, por último, que inscrever os inúmeros descendentes que, por circunstâncias várias acabaram por “desaparecer” da linhagem dos progenitores. Ângela Benoliel aponta que, para além dos descendentes que teve da sua esposa Simy Auday, “*Marcos teve outros filhos em Cabo Verde, entre os quais Benjamim Nascimento*”³³⁴, a que podemos acrescentar o nome de José Soares de Brito (1877), nascido da ligação que teve com Maria das Dores Soares de Brito, na ilha da Boa Vista³³⁵. Afirma a mesma autora que Isaac Pinto “*teve outras filhas com mulheres cabo-verdianas que não eram judias*”³³⁶. Cláudia Correia, indica o “Sr. Afonso”, como “filho ilegítimo de David Benoliel”³³⁷. Serão mais uns quantos a adicionar nesta lista que há de tornar-se ainda maior se a estendermos aos filhos dos filhos desses hebreus nesta mesma condição. Estudos posteriores, poderão, decerto, contribuir para uma identificação mais perfeita dessa descendência e, quem sabe, até, poder vir a concordar com a afirmação de João António Martins, de que nos finais do século XIX a colónia judaica teria cerca de duzentos membros³³⁸.

- 146 Todavia, e apesar de a grande maioria dos filhos não ter reproduzido a cultura do pai, e aqui incluímos mesmo os que puderam privar com o progenitor e conviveram com algumas práticas judaicas no seio de estrutura familiar, o orgulho dessa pertença não se esvaiu de todo. Prova disso é, por exemplo, a opção pela cultura e religião judaica que observamos em alguns já da terceira ou quarta geração. Mas mais simples do que isso, um certo envaidecimento ostentado pelo patrónimo hebraico herdado dos antepassados e que até hoje permanece em Cabo Verde como uma forte referência de pertença.

9. O abandono de Cabo Verde

- 147 Uma outra circunstância que, pelo seu peso, deve ser devidamente ponderada na questão das práticas do judaísmo em Cabo Verde e da pouca robustez que terá tido para vingar nessas ilhas tem a ver com a não fixação, por gerações, de um número suficiente de hebreus, capaz de assegurar a continuidade dos procedimentos e a própria

reprodução da comunidade. Por razões que será preciso averiguar, homens e mulheres, ou mesmo casais que para cá vieram tentar a sorte, terão ido embora depois de algum tempo, cancelando projectos de negócios ou mesmo de imigração. Os patrónimos judaicos permanentes em Cabo Verde indicam que, no conjunto, foram muito poucos os que se deixaram ficar. Ângela Benoliel Coutinho faz o seguinte balanço:

Cerca de uma centena de homens e mulheres terão passado por essas ilhas atlânticas, [...], e cerca de uma vintena constituiu família ou aqui deixou descendentes, identificáveis pelos patronímicos judaicos...³³⁹.

- 148 Se é certo que alguns não teriam claramente a intensão de ficar, não consistindo as ilhas, para eles, mais do que um ponto para expandir a sua rede de negócios, local de idas e vindas ou de estabelecimento temporário, para outros, sobretudo os que vieram ou viveram acompanhados de suas mulheres e filhos, é muito provável que se tratasse de um projecto planeado de emigração. Entre uns e outros, há que contar, certamente, com aqueles cuja experiência em Cabo Verde acabou por, de um modo ou de outro, ditar a alteração dos planos. Na lista destes últimos talvez possamos inscrever a família Esaguy “*que em meados do séc. XIX se instalou em Cabo Verde, emigrando daí para Itacoatiara, no Amazonas, para Faro e Lisboa*”³⁴⁰. A referência, no caso do Brasil, é feita, concretamente, a Moisés Esaguy que, estando em 1895 já a viver em Itaquiatiara³⁴¹, aparece duas décadas antes (1877) em São Nicolau, como subscritor da lista “*a favor de vítimas de inundações em Portugal*”³⁴². Para Faro teria seguido, juntamente com a mulher e uma enorme prole nascida em Cabo Verde, o “negociante” A. [Augusto] Esaguy³⁴³, mas isto, seguramente, não antes de vir à luz a filha Miquelina, na ilha de São Nicolau, a 5 de abril de 1885³⁴⁴. Essa família, antes de mudar-se para o sul de Portugal, teria vivido, pelo menos duas décadas em Cabo Verde, nomeadamente nas ilhas de Barlavento, Santo Antão, São Nicolau e São Vicente. Tempo bastante e que sugere um projecto de emigração que, ao fim de algum tempo acabou por não resultar.
- 149 Poderá ser também os casos individuais de Simy Auday, que “*terá ido viver em Marrocos à dada altura*”³⁴⁵ e de Esther Alves, mãe de Benjamim Alves, que na ocasião do casamento do filho já constava como “*emigrante no Pará, Brasil*”³⁴⁶. Os maridos de ambas ficaram em Cabo Verde, agarrados para sempre a essa terra.
- 150 Para o Brasil foram, ainda, Isaac Gabay e família³⁴⁷, com mais de uma década a viver em Cabo Verde³⁴⁸ e Salomão Moisés Cohen, que poderá ser filho de Moyses Jacob Cohen, sepultado no cemitério judaico de Ponta do Sol. Salomão foi também para a Amazônia (c. 1890), fixando-se junto da comunidade judaica de Parantins³⁴⁹, onde fez vida. Jayme Azancot, depois de “*estado muitos anos no comércio em Cabo Verde*”, regressou à Tânger, sua terra natal³⁵⁰ e estima-se que com a mulher e filho³⁵¹.
- 151 A propósito dos hebreus originários de Rabat que acabaram também por abandonar Cabo Verde, Ângela Benoliel Coutinho, chamou atenção para o fato de terem sido muito variáveis os períodos de permanência nas ilhas: Moisés Naure, perto de 30 anos (Brava); Guidon El Caim, talvez mais de 10 anos (Santo Antão), Elias Lasane, provavelmente 2 anos (1866-1868)³⁵². De muitos ou, talvez mesmo, da maioria, não se consegue saber o tempo que teriam estado em Cabo Verde, supondo-se terem deixado as ilhas, por mera dedução de os seus nomes não constarem mais dos documentos.
- 152 O certo é que a vinda para essas ilhas acabou sendo, para um número bastante significativo desses hebreus, um plano fracassado e a ausência dos que desistiram e abalaram, terá, decerto, feito a diferença na estruturação de uma comunidade portadora de uma cultura de base comum. Nos Relatórios elaborados nos anos 70 de

oitocentos, o dr. Francisco Hopffer não deixou de chamar atenção para o fenómeno da diminuição de hebreus em Santo Antão, verificado entre 1872 e 1873, “*pelo regresso à pátria de antigos residentes e de recém-chegados, que entenderam conveniente retirarem-se*”³⁵³. A diminuição de 54 para 46 não seria ainda grave. Quatro dezenas e meia de hebreus, 27 homens e 19 mulheres, era um número ainda bastante razoável³⁵⁴ mas que, entretanto, não deixou de continuar a encolher. Em 1874 os homens do grupo já estavam reduzidos a 18 e as mulheres a 13³⁵⁵, chegando a 1879 com a 11 e 4, respectivamente³⁵⁶. São Vicente que na década de 80, contando com os gibraltinos, terá atingido um número com algum significado em termos demográficos, a breve trecho, acabou também por ver regredir a presença judaica na sua população. Os últimos redutos da emigração judaica encontravam-se em evidente declínio. O período áureo dessa presença em Cabo Verde já tinha ficado para trás.

Conclusão

153 Sem contar com nenhuma abordagem preliminar, partimos em busca da identificação das práticas culturais judaicas, assim como do grau e intensidade das mesmas. Propusemo-nos verificar se o ambiente em que se davam era suficientemente fértil ou não para que pudessem desenvolver-se e perpetuar-se. O número de judeus estabelecidos em Cabo Verde nesse período, os túmulos e cemitérios por eles erigidos e a designação de «Sinagoga», atribuída a um porto da ilha de Santo Antão, foram os indiciadores dos quais partimos. O exame desses elementos revelou-se vantajoso, permitindo-nos, a partir de um conjunto de questões, alcançar práticas como testar, casar, circundar, nomear, comer, etc. que conformaram o quadro de vida dos judeus em Cabo Verde. Pelo exame de actos, ocorrências e circunstâncias cremos ter conseguido levantar um pouco do véu sobre essa realidade.

154 Deste estudo, pôde-se concluir que:

1. Tal como ocorreu em outras latitudes, os judeus marroquinos e gibraltinos que se estabeleceram em Cabo Verde no séc. XIX, não abandonaram as suas práticas religiosas e que, no arquipélago, as fontes sugerem de estas terem ocorrido em Santo Antão, ilha de maior concentração de hebreus; que o culto decorria em residências particulares e que embora exista nessa ilha um lugar com o nome de «Sinagoga», nada indica que lá tenha sido um local, ou havido um edifício para a realização das cerimónias religiosas do grupo, tratando-se, aliás, de uma designação antiga, referenciada desde, pelo menos, a primeira metade do século XVIII;
2. Muitos dos judeus que vieram para Cabo Verde mantinham uma forte ligação com as sinagogas e comunidade israelita de Lisboa, e as idas à capital portuguesa possibilitavam-lhes uma inserção/imersão mais profunda na vida social e religiosa da comunidade; não eram incomuns os encontros com os “correligionários” estantes em Portugal e a celebração de atos de cariz civil e religioso;
3. Os testamentos e inventários orfanológicos desses judeus comprovam que a grande maioria deles nunca deixou a sua religião e que mesmo em condições adversas (quando unidos às mulheres cabo-verdianas católicas) permaneciam com as suas crenças e que queriam morrer como judeus;
4. Em algumas ilhas e municípios cabo-verdianos, foi permitido aos judeus a criação de cemitérios privativos ou, quando não, foram-lhes reservados talhões nos cemitérios públicos para enterrarem os seus mortos segundo o ritual judaico. As lápides escritas

somente em hebraico ou em português e hebraico, que compõem os túmulos, constituem prova de fidelidade à sua religião, língua e cultura; num olhar mais atento sobre a disposição e características das campas judaicas, podemos atestar a observância de determinados preceitos da religião judaica, nomeadamente os que regem as hierarquias entre os sexos, linhagens, idades e circunstâncias da morte.

5. No que à alimentação diz respeito, os hebreus fixados em Cabo Verde lutaram com sucesso para manter as leis de *casher* nas ilhas onde residissem.

6. Como estratégia de preservação identitária e manutenção da cultura e religião judaicas, utilizaram-se os casamentos dentro da comunidade residente nas ilhas, muito dos quais ajustados entre famílias com laços de amizade e parentesco anteriores à sua fixação em Cabo Verde; não havendo possibilidade da realização de casamentos endogâmicos, entre os filhos dos casais hebreus estabelecidos em Cabo Verde, procuraram-se, em gerações seguintes, uniões entre os descendentes; houve casos de conversão, de mulher e filhos, ao judaísmo.

7. Muito embora o número de mulheres judias vindas para as ilhas ser relevante, as tradições patriarcais do grupo “condenou-as” a uma posição de subalternidade, que se reflecte nas fontes, sobre as oficiais.

8. Não obstante a ocorrência de casamentos endogâmicos, prevaleceram os casamentos ou uniões com mulheres cristãs e esse terá sido um fator essencial da não reprodução da religião hebraica pelos descendentes; alguns hebreus optaram por converter-se, para poderem casar com mulheres cabo-verdianas, ao passo que outros encontraram nas “uniões de fato” a melhor solução; os filhos desses hebreus, nascidos num quadro familiar estável, embora na sua grande maioria não seguisse a religião judaica, foram objecto de investimento social por parte dos pais, constituindo-se em seus herdeiros legítimos, com direito ao nome e ao património material por eles construído.

9. Num quadro familiar menos estável ou mesmo inexistente, esses hebreus tiveram descendentes, nem sempre reconhecidos, encontrando-se nesses casos uma variedade de situações relativamente à filiação.

BIBLIOGRAFIA

10. O facto de muitos hebreus, sobretudo casais, terem abandonado Cabo Verde ao fim de algum tempo, foi um factor determinante no destino do grupo, que não pôde renovar-se, para a sua manutenção, enquanto uma comunidade distinta.

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Nacional (AHN), Praia:

Bilhetes de identidade, Praia, ACP-Lv 357, 1945-1950.

Registo Civil da Praia, cx 25, Assentos de Batismos, Freguesia de São Nicolau Tolentino, Peça nº 10, 30 maio 1879 - 24 junho 1882.

Registos Cíveis da Praia, cx. 63, Assentos de Casamentos, freguesia de Santo Amaro Abade, Peça 1, fevereiro a junho de 1888.

Tribunal da Praia, cx 342, Autos de Inventário de menores em que é inventariado Hilel Benchimol e inventariante Aureliano Lopes do Livramento, 18 de julho de 1907.

Tribunal da Praia, cx 297, Inventário orfanológico de Benjamim Alves (1918).

Registo Civil de Santo Antão, cx. 29, Assentos de Óbitos, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, 01 jan-31 dez 1883, nº 136.

TRG, cx. 356, Inventário orfanológico de José Julião Brigham (...); Auto de Arrematação.

Registo Civil de São Nicolau, cx 1, Assentos de Batismos, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Peça 1, 06 de novembro de 1842 a 03 de agosto de 1852; Peça 2, 11 de Setembro de 1852 a 20 de março de 1864; Peça 3 10 de abril de 1864 a 18 de julho de 1866; cx 9, Óbitos Nossa Senhora do Rosário, Peça 46, 13 de julho de 1855 a 26 de maio de 1865.

Registo Civil de São Vicente, cx, 14, Assentos de Casamentos, freguesia Nossa Senhora da Luz, Peça 81, 10 janeiro 1894 – 9 novembro 1895.

Registo Civil de São Vicente, cx. 58, Assentos de Casamentos, freguesia de Santa Isabel da Ilha da Boa Vista, Peça 33, 18 de janeiro a 28 de julho de 1900; Peça 31, 3 de janeiro a 21 de dezembro de 1898.

Registo Civil de São Vicente, cx 34, Assentos de Batismos, freguesia de Santa Isabel da ilha da Boa Vista, Peça 2, 9 de abril a 9 de dezembro 1877; Peça 5, 25 de fevereiro de 1881 a 27 de novembro de 1882; Peça 6, 18 de dezembro de 1882 a 24 de dezembro de 1883; Peça 8, 01 de janeiro de 1887 a 18 de maio de 1889.

Secretaria Geral do Governo (SGG), cx. 775.

Arquivo da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santo Antão (ACRG):

Administração do Concelho da Ribeira Grande, Registo de Bilhetes de Identidade (diploma Legº nº 197 de 8 – 5 -1929).

Atas da Câmara da Ribeira Grande 1926-1934.

Autos de Liquidação de contribuição de Registo por título gratuito por óbito de Gertrudes Felicidade Silva – Vila da Ribeira Grande (1829-1933).

Repartição da Fazenda do Concelho da Ribeira Grande, Autos de liquidação de contribuição de registo por óbito de Abraham Julião Brigham, morador que foi da vila da Ponta do Sol, do Concelho da Ribeira Grande, Processo nº 367, de 6 de outubro de 1941.

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa:

Documentos Avulsos, cx.16.

Fontes online

<http://www.barrosbrito.com/5444.html>.

<http://www.barrosbrito.com/5946.html>.

<http://www.barrosbrito.com/7046.html>.

<http://www.barrosbrito.com/8539.html#1>.

<http://www.barrosbrito.com/8611.html>.

<http://www.barrosbrito.com/8616.html>.
<http://www.barrosbrito.com/8539.html>.
<http://www.barrosbrito.com/8665.html>.
<http://www.barrosbrito.com/8772.html>.
<http://www.barrosbrito.com/8773.html>.
<http://www.barrosbrito.com/8773.html#2>.
<http://www.barrosbrito.com/8774.html> .
<http://www.barrosbrito.com/8893.html#1>.
<http://www.barrosbrito.com/8894.html>.
<http://www.barrosbrito.com/9878.html>.
<http://www.barrosbrito.com/9879.html>.
<http://www.barrosbrito.com/10102.html>.
<http://www.barrosbrito.com/10388.html>.
<http://www.barrosbrito.com/10390.html>.
<http://www.barrosbrito.com/10392.html>.
<http://www.barrosbrito.com/10473.html>.
<http://www.barrosbrito.com/10957.html>.
<http://www.barrosbrito.com/10958.html#1>.
<http://www.barrosbrito.com/12396.html#1>.
<http://www.barrosbrito.com/12399.html>.
<http://www.barrosbrito.com/13510.html>.
<http://www.barrosbrito.com/13744.html>.
<http://www.barrosbrito.com/14273.html>.
<http://www.barrosbrito.com/15157.html>.
<http://www.barrosbrito.com/15158.html>.
<http://www.barrosbrito.com/15260.html#3>.
<http://www.barrosbrito.com/15292.html>.
<http://www.barrosbrito.com/15400.html>.
<http://www.barrosbrito.com/15839.html>.
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-L974-DHC3>.
<https://www.geni.com/people/Rafael-Simao-Anahory/6000000020435064686>.
<https://www.geni.com/people/Mary-Anahory/6000000020435124770>.
<https://www.geni.com/people/Deborah-Brand%C3%A3o/6000000020435124774>.
<https://www.geni.com/people/Raquel-Pereira-De-Matos/6000000020435124778>.
https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/618835/jewish/Brit-Mil-Circunciso.htm

<https://cip.org.br>

<https://culturahebraica.blogspot.com/2018/03/sepultamento-judeu-por-que-e-proibido.html>.

<https://digitarq.adlra.arquivos.pt/details?id=1297474>.

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C95G-BFFG?cc=2246703>.

<https://perdaseluto.com/2016/08/24/o-significado-da-morte-e-o-processo-de-luto-na-visao-do-judaismo/>.

<https://todasfunerarias.com.br/tradicoes-e-costumes-no-sepultamento-judaico>.

Bibliografia e fontes impressas

A Liberdade, nº 4, domingo, 20 de abril de 1902, Suplemento nº 40.

ABECASSIS, José Maria, *Genealogia Hebraica – Portugal e Gibraltar Sécs. XVII a XX*, Edição do autor, 5 vols., Lisboa, 1990/91.

BENCHIMOL, Samuel, *Eretz Amazónia – os judeus na Amazónia*, Manaus, Valer, 2008.

Boletim do Conselho Ultramarino, Legislação Novíssima, vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional, vol. 5, Junho de 1854.

Boletim Oficial da Província de Cabo Verde (B.O.C.V.), nº. 130 (1846); 171 (1847); 169 (1855); 20 (1864); 15 (1865); 44 (1866); 17 (Suplemento), 46 (1867); 11 (1868); 6 (1869); 6, 37 (1871); 17, 30 (1872); 27, 35 (1874); 34 (1875); 35, 41 (1876); 3, 35, 40 (1877); 16, 16 (Suplemento), 17, 27, 36, (1879); 36 (1880); 17, 22, 42 (1881); 19, 20, 37, 38 (1882); 9, 37, 47 (1883); 35, 41 (1884); 34 (1885); 20, 21, 41 (1886); 21, 37 (1887); 8 (1891) 22, 32, 50 (1893); 11, 22, 30 (1894); 32, 33, (1897); 2 (1898); 4 (1906); 14 (1909); 49 (1910); 48 (1911); 12, 47 (1912); 33 (1917); 18 (1919).

COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel, “Do Mediterrâneo ao Atlântico: Comerciantes judeus de Marrocos e Gibraltar no arquipélago de Cabo Verde (1860-1900)”, in *Colóquio Internacional Judeus e Cristãos-Novos no Mundo Lusófono*, Lisboa, 2-4 dezembro de 2015, ISCSP – Universidade Técnica de Lisboa, texto gentilmente cedido pela autora.

COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel, “Judeus marroquinos e de Gibraltar em Cabo Verde no século XIX” (título provisório), texto gentilmente facultado pela autora, 91 pp. (não publicado), 2015.

CORREIA, Cláudia, *Presença de Judeus em Cabo Verde – Investigação na documentação do Arquivo Histórico Nacional (1840-1927)*, Arquivo Histórico Nacional, Praia, 1998.

CORREIA, Cláudia, “A questão do cemitério israelita na ilha da Boavista (1915-1923)”, *Africana Studia* 2 (1999), pp. 97-134.

CUNHA, Cláudia *et al*, “Matzevot kevrurah esquecidas — resgate etnoarqueológico do Cemitério Judaico de Gurupá”, Pará, Brasil, *Antropologia Portuguesa* 36 (2019, vol. 36), p. 145, http://doi.org/10.14195/2182-7982_36_7.

Dicionário do Judaísmo Português (coordenação de Lúcia Liba Mucznik, José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, Esther Mucznik e Elvira de Azevedo Mea), Lisboa, Editorial Presença, 2009.

HELLER, Reginaldo Jonas, *Judeus no Eldorado: Reinventando uma identidade em plena Amazónia: a imigração dos judeus marroquinos e do norte da África para o Brasil (Pará e Amazonas) durante o século XIX*, e-papers, Rio de Janeiro, 2010.

Notícias de Cabo Verde, nº 173, 1º de agosto de 1938; nº 179, 15 de Setembro de 1938.

O Independente, nº 28, 7 de fevereiro, 1913.

OLIVEIRA, João Manuel Nobre de, *A Imprensa Cabo-Verdiana 1820-1975*, Fundação Macau, Direção dos Serviços de Educação e Juventude, 1998.

OLIVEIRA, João Manuel Nobre de, “A presença judaica em Cabo Verde”, *Revista de Cultura* 35 - “Culturas Paralelas e processos transculturais - (julho 2010)” pp. 95-105.

SERELS, M. Mitchell, *Jews of Cape Verde: A Brief History*, Sepher - Hermon Press, Inc. Brooklyn, NY, 1997.

SOARES, Marco Antonio Neves et al, Túmulos judaicos em cemitérios não-judaicos: uma análise da cultura material, <http://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anpuhpr/anaais/ixencontro/comunicacao-coordenada/Etnicidade%20e%20Morte/MarcoANSOares.htm>

WOLFF, Egon e Frieda, *Crônicas do nosso Arquivo*, IHGB, 1987.

NOTAS

1. M. Soares et al, Túmulos judaicos em cemitérios não-judaicos: uma análise da cultura material [www.snh2013.anpuh.org/resources/anpuhpr/anaais/ixencontro/comunicacao-coordenada/Etnicidade e Morte /](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anpuhpr/anaais/ixencontro/comunicacao-coordenada/Etnicidade%20e%20Morte/MarcoANSOares.htm)
2. A. Coutinho, *Judeus marroquinos*
3. Os túmulos horizontais, característicos dos sefarditas, distinguem-se dos verticais, adoptados pelos asquenazistas (judeus europeus).
4. O dogma talmúdico indica “a necessidade de simplicidade e uniformidade nas estruturas funerárias em um cemitério judaico [não sendo] permitidos adornos elaborados ou túmulos sumptuosos [...], de forma a que um não se sobressaia a outro”, in C. Cunha et al, “Matzevot kevrurah esquecidas”.
5. O modelo dos túmulos é o predominante nos cemitérios judaicos do norte no Brasil, entre os quais o de Gurupá, de onde retiramos a descrição, por serem a maioria dos jazigos lá encontrados análogos aos existentes em Cabo Verde. C. Cunha et al, “Matzevot kevrurah esquecidas...”, p. 156.
6. C. Correia, *Presença de Judeus em Cabo Verde ...*; C. Correia, “A questão do cemitério israelita ...”, pp. 113-134.
7. A. Coutinho, “Do Mediterrâneo ao Atlântico ...”, p.8.
8. Em carta de 6 de abril de 1733, em que o capitão-mor de Santo Antão, Cláudio Roquete da Silva, acusa a vulnerabilidade da ilha face às ameaças de invasão estrangeira, pode-se ler o seguinte: “(...)..tambem podem tomar esta ilha a partir do sitio a que chamam Sinagoga”; A.H U, *Documentos Avulsos*, cx. 16, doc. 17.
9. Relatório do serviço da delegação da junta de saúde na ilha de Santo Antão, relativo ao ano de 1873, apresentado pelo Dr. Francisco Frederico Hopffer – 29 de agosto de 1874, *B.O.C.V.*, nº. 35, 1874.
10. O historiador João Nobre de Oliveira chega mesmo a afirmar, peremptoriamente “que nunca houve sequer uma sinagoga construída nas ilhas”, in “A presença Judaica em Cabo Verde”, p. 104.
11. Ângela Sofia Benoliel Coutinho contabiliza três dezenas e meia de túmulos judaicos “em 4 cemitérios existentes em 3 ilhas de Cabo Verde: *Santiago, Santo Antão e Boavista*”, in “Do Mediterrâneo ao Atlântico ...”, p. 7. A estes, no entanto, será preciso acrescentar muitos mais, dispersos por outros locais e outras ilhas.
12. Na linha do que defende João Nobre de Oliveira (2010), tratar-se-ia de “uma segunda vaga de imigração [judaica nas ilhas], esta de origem norte-africana, com elementos praticantes da sua

religião e que, desta vez, não sofreram perseguições”, “A presença judaica em Cabo Verde”, p. 100.

13. Portaria de 9 de abril de 1864, in *Boletim do Conselho Ultramarino, Legislação Novíssima*, vol. V, pp.13-14, cit. por C. Correia, “A questão do cemitério israelita ...”, 1999, p.100.

14. Administração do Concelho da Praia – Circular nº 1 para o Físico Mor, A.H.N. \ A\ SR:D\009-1854/1857, cit. por C. Correia, *Presença de Judeus ...*, p. 26.

15. ACRG, Atas - 1926- 1934, Ata da sessão de 11 de dezembro de 1927.

16. B.O.C.V. nº 20, 1864; cit. por C. Correia, *Presença de Judeus ...*, p. 19.

17. Acordam nº 30, B.O.C.V. nº 15, 1865; cit. por C. Correia, “A questão do cemitério israelita ...”, p. 108.

18. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, p. 460.

19. B.O.C.V. 169, 1855.

20. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica...*, vol. II, p. 505.

21. Código de Postura da Câmara municipal do Concelho da Praia, 23 de maio de 1894, Cap. IX - Dos Cemitérios, art. 99, B.O.C.V. 22, 1894; cit. por C. Correia, , “A questão do cemitério israelita ...”, p. 108.

22. A mesma informação é confirmada por outro documento relativo a este processo, com data de 27 de setembro: “(...) Anexos ao cemitério público da Praia há dois cemitérios particulares: o dos americanos e o dos hebreus”. AHN, Secretaria Geral do Governo (SGG), cx. nº 775.

23. Parecer de 27 de Setembro de 1923, respeitante ao enterramento dos católicos e não católicos no cemitério público da Praia; AHN, SGG, cx. nº 775.

24. B.O.C.V. nº 6, 1869.

25. B.O.C.V. nº 21, 1886.

26. Croqui gentilmente cedido por Flávio Delgado.

27. <https://culturahebraica.blogspot.com/2018/03/sepultamento-judeu-por-que-e-proibido.html>

28. AHN, *Tribunal da Praia*, cx 297 (1918), Inventário Orfanológico de Benjamim Alves.

29. C. Cunha et al, “Matzevot kevurah esquecidas...”, p. 159.

30. Croqui gentilmente cedido por Flávio Delgado.

31. B.O.C.V. nº 45, 1868.

32. “Os Regedores das paróquias eram propostos pelos administradores dos concelhos [...], e nomeados pelos administradores gerais para servirem por um ano. Os regedores eram um elemento muito próximo do poder local. A ele subordinados garantiam a boa aplicação das leis e dos regulamentos administrativos. Exerciam a autoridade policial no território da freguesia.”, <https://digitalq.adlra.arquivos.pt/details?id=1297474#:~:text=Os%20Regedores%20das%20par%C3%B3quias%20eram%20propostos%20pelos%20administradores,boa%20aplica%C3%B3>

33. Ângela Sofia Benoliel Coutinho atesta que “*Salomão Pimenta viveu na Praia, em S. Nicolau e na Brava, entre 1842 e 1867*”, “Judeus Marroquinos ...”, p. 39. Manuscrito gentilmente facultado pela autora.

34. João Manuel Nobre de Oliveira, “A presença judaica ...”, 2010, p. 101, afirma, por sua vez, serem Abraham Alves e Joseph Abitbol, que “*mudou depois o nome para José Bento de Oliveira*”, “*dos primeiros elementos da comunidade judaica vinda de Marrocos a radicarem-se, definitivamente, nas ilhas*”, tendo o primeiro se estabelecido na ilha de Santiago (primeira metade do século XIX), residindo o segundo, desde a década de 1840, na ilha de São Nicolau, p. 101.

35. C. Correia, *Presença de judeus ...*, p. 81.

36. Anúncio de 28 de outubro de 1866, in B.O.C.V. nº 44, 1866.

37. Sinopse da Correspondência expedida pela Secretaria- Geral (1ª Repartição), B.O.C.V. nº 130, 1846.

38. “Relação dos europeus falecidos nesta província, e cujas comunicações foram recebidas nesta Secretaria-Geral, desde 11 de Setembro do ano passado [1880]”, B.O.C.V. nº 22, 1881.

39. Código de Posturas da Câmara municipal de Santa Catarina, 28 de junho de 1893, cap X – Dos Cemitérios, secção 1ª Dos Covados, art. 89, § único, B.O.C.V. nº 32, 1893.
40. AHN, cx nº 342, *Tribunal da Praia – Autos de Inventário de menores em que é inventariado Hillel Benchimol e inventariante Aureliano Lopes do Livramento*, 18 de julho de 1907.
41. C. Correia, “A presença judaica ...”, 1998, p. 83.
42. Código de Posturas da Câmara municipal do Concelho da ilha de Santo Antão, 5 de junho de 1893, cap. XIII – Cemitério, art. 61, § único; in B.O.C.V. nº 11, 1894; cit. por Cláudia Correia (1999), p. 108.
43. O intuito da Circular era harmonizar a legislação em conflito com relação aos enterramentos. Se por um lado proibiam-se as inumações fora dos cemitérios públicos (onde o terreno era consagrado pelas bênçãos da igreja católica), por outro, tinha de ser respeitado o direito de as pessoas de religião diferente poderem enterrar os seus mortos. Circular nº 59, de 20 de maio de 1882; in B.O.C.V. 20, 1882.
44. Designação judaica para os 7 primeiros dias de luto.
45. B.O.C.V. nº 6, 1871.
46. <https://perdaseluto.com/2016/08/24/o-significado-da-morte-e-o-processo-de-luto-na-visao-do-judaismo/>; A este propósito verifica-se que os “dois túmulos menores nos quais provavelmente foram inumadas crianças [encontrados no cemitério de Guarupá] não apresentam inscrições e é impossível atribuir género aos seus ocupantes.” C. Cunha et all, “Matzevot kevurah esquecidas...”, p. 158.
47. <https://todasfunerarias.com.br/tradicoes-e-costumes-no-sepultamento-judaico>. O artigo esclarece: “A presença de um corpo morto é considerada uma fonte de impureza ritual. Por este motivo, um Cohen não pode permanecer na presença de um cadáver, fazer visitas ou ir a enterro no cemitério, a menos que seja o enterro pelos seus pais. Um Cohen deve ser cercado por um círculo de pessoas de mãos dadas ou um material como uma cerca a sua volta para poder visitar algum túmulo ou permanecer no cemitério”.
48. *Notícias de Cabo Verde*, nº 173, de 1/ago/1938.
49. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 39.
50. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos ...”, p. 60.
51. Lápide nº 5 do croqui do Cemitério judaico de Ponta do Sol, gentilmente fornecido pela *Cape Verde Jewish Heritage Project*.
52. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, p. 460.
53. B.O.C.V. nº 21, 1886. Cf. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, p. 461.
54. Croqui gentilmente fornecido pela *Cape Verde Jewish Heritage Project*.
55. 1º Anúncio, Praia, 27 de julho de 1894, B.O.C.V. nº 30, 1894.
56. AHN, B.O.C.V. nº 2, Ano 1898, Outubro, 20, pp. 217; cit. por C. Correia, *Presença de Judeus ...*, p. 108.
57. AHN, SGG, cx. nº 775 AHN, SGG, cx. nº 775 (cit.).
58. Esta conclusão advém do cruzamento das informações fornecidas por M. Serels, *Jews of Cape Verde ...*, p. 74 e por C. Correia, *Presença de Judeus ...*, p. 119.
59. B.O.C.V. nº 21, 1887.
60. C. Correia, *Presença de Judeus ...*, p. 119; <http://www.barrosbrito.com/8539.html>.
61. AHN, SGG, cx. 775 (cit.).
62. Cf. C. Correia, *Presença de Judeus ...*, p. 111.
63. Parecer do Doutor Roberto António Martins, AHN, SGG, cx. 775 (cit.).
64. B.O.C.V. nº 18, 1919; cit. por C. Correia, *Presença Judaica ...*, 1998, p.70; (1999), 112.
65. C. Correia, *Presença de Judeus ...*, 1998, p. 119; <http://www.barrosbrito.com/8539.html>
66. Edição de 30.3.1943, in <http://www.barrosbrito.com/8616.html>.
67. <http://www.barrosbrito.com/8611.html>.
68. B.O.C.V. nº 14, 1909.

69. L. Santos, “Wahnon ...”.
70. B.O.C.V. nº 11, 1868.
71. B.O.C.V. nº 3, 1877.
72. B.O.C.V. nº 41, 1884.
73. B.O.C.V. nº 32, (33), 1897.
74. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. IV, p. 185.
75. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. IV, p. 185.
76. B.O.C.V. nº 32, (33), 1897.
77. Foi, aliás, onde, a sua filha Sophia Zaffrany foi viver, depois de casar-se por procuração com Abraham Cagi (14.2.1901) por ele já viver em Lourenço Marques, o seu filho Benjamim Zaffrany se casou (Beira), e a sua segunda mulher faleceu (1924). J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. V, p. 186; vol. II, p.508.
78. C. Correia, *Presença Judaica ...*, 1998, p. 117; <http://www.barrosbrito.com/8772.html>.
79. <http://www.barrosbrito.com/8772.html>.
80. Armando Augusto Benoliel de Carvalho “born in Boa Vista in 1901 and died in 1919, a victim of a pneumonia epidemic”. Não seria filho do casal? <http://www.barrosbrito.com/8773.html#2>; C. Correia, *A Presença Judaica ...*, 1998, p. 150;
81. Inscrição na lápide do túmulo de Simy Benoliel, <http://www.barrosbrito.com/8772.html>.
82. Jazigo nº 2 no Croqui do Cemitério de Ponta do Sol gentilmente fornecido pela Cape Verde Jewish Heritage Project.
83. CMRG, Atas - 1926- 1934.
84. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 76.
85. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II., pp. 710-711.
86. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, pp. 475-476.
87. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. III, p. 593.
88. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II, p. 139; Lápide nº 2 do croqui gentilmente fornecido pela Cape Verde Jewish Heritage Project.
89. B.O.C.V. nº 6, 1869; J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II, p. 139.
90. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II, p. 139.
91. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 38.
92. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 38 e 75.
93. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II, p. 447.
94. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 75.
95. B.O.C.V. nº 22, 1893.
96. C. Correia (1998), *Judeus de Cabo Verde ...*p. 149.
97. B.O.C.V. nº 8, 1891.
98. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos ...”, p. 37.
99. «Relação das pessoas que subscreveram para a edificação da igreja matriz da cidade da Praia», B.O.C.V. nº 27, 1879.
100. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos ...”, p. 47.
101. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos ...”, pp. 45-46.
102. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos ...”, p. 61.
103. Idem, *Ibidem*.
104. Nos livros de pedido de passaporte para trânsito interno entre as ilhas Ângela Benoliel contabilizou “ 26 comerciantes judeus, naturais sobretudo de Marrocos e Gibraltar, que entre 1865 e 1881declararam ter residido na cidade da Praia [...]: Isaac Seruya, Jacob Levy, Rafael Benatar, Simão Levy, Marcos Cagi, Simão Benahim, Jaime Azancot, Abraham Benrós, Jacob Levy, Isaac Naury, Moisés benrós, Elias Elasy, Elias Lassarine, Samuel Cohen, Bento Levy, Moisés Naure, David Abecassis, Marcos Bemdaham, Ensim Bouanaz, Simas Booara, Isaac Sabad, Moisés Levy, Marcos Auday, Jacob Seruya, Salomão Anahory, José Seruya e uma mulher, Esther Sabbat”, “Judeus Marroquinos ...”, p. 41.

105. Benjamim Alves. Hillel Benchimol (Pedra Barro), Isaac Athias (Ribeira da Barca).
106. Moisés Levy.
107. Segundo o «Relatório do serviço da delegação da junta de saúde na ilha de Santo Antão, relativo ao ano de 1873, apresentado pelo dr. Francisco Frederico Hopffer», em 1873 podia-se contabilizar 11 hebreus que há 12 anos residiam na ilha, B.O.C.V. nº 35, 1874.
108. *Ibidem*.
109. *Ibidem*.
110. «Junta de Saúde pública - Relatório da delegação de Saúde na ilha de Santo Antão, abrangendo o período que decorre de 15 de maio a 31 de dezembro do ano de 1871, pelo dr. Francisco Frederico Hopffer», B.O.C.V. nº 17, 1872.
111. «Junta de Saúde pública - Relatório do serviço da delegação da junta de saúde na ilha de Santo Antão, relativo ao ano de 1873, apresentado pelo Dr. Francisco Frederico Hopffer», B.O. C.V. nº 35, 1874.
112. *Ibidem*.
113. “quórum necessário para a realização dos serviços religiosos e a recitação de algumas orações, constituído de 10 homens acima de 13 anos”, v. R. Heller, *Judeus no Eldorado ...*, p. 106, nota 161.
114. Idem, *ibidem*, p. 106.
115. Repartição de Saúde – Relatório, relativo ao ano de 1874, apresentado pelo dr. F.F. Hopffer (ilha de Santo Antão), B.O.C.V. nº 34, 1875
116. *Ibidem*.
117. Relatório do Concelho da Vila da Ribeira Grande da ilha de Santo Antão, João Simões Afra, Administrador do concelho, B.O.C.V. nº 42, 1881.
118. Relatório relativo ao triênio findo de 31 de dezembro de 1885, B.O.C.V. nº 20, 1886.
119. *Ibidem*.
120. AHN, TRG, cx. 356, Inventário orfanológico de José Julião Brigham.
121. *Ibidem*.
122. *Ibidem*.
123. Auto de Arrematação, in *ibidem*, p. 81 e sgs.
124. ACRG, *Repartição da Fazenda do Concelho da Ribeira Grande*, Autos de liquidação de contribuição de registo por óbito de Abraham Julião Brigham, morador que foi da vila da Ponta do Sol, do Concelho da Ribeira Grande, Processo nº 367, de 6 de outubro de 1941.
125. ACRG, *Repartição da Fazenda do Concelho da Ribeira Grande*, Autos de liquidação de contribuição de registo por óbito de Abraham Julião Brigham, morador que foi da vila da Ponta do Sol, do Concelho da Ribeira Grande, Processo nº 367, de 6 de outubro de 1941.
126. *Ibidem*.
127. *Ibidem*.
128. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II, p. 447.
129. ACRG, *Repartição da Fazenda do Concelho da Ribeira Grande*, Autos de liquidação de contribuição de registo por óbito de Abraham Julião Brigham, morador que foi da vila da Ponta do Sol, do Concelho da Ribeira Grande, Processo nº 367, de 6 de outubro de 1941.
130. ACRG, *Repartição da Fazenda do Concelho da Ribeira Grande*, Autos de liquidação de contribuição de registo por óbito de Abraham Julião Brigham, morador que foi da vila da Ponta do Sol, do Concelho da Ribeira Grande, Processo nº 367, de 6 de outubro de 1941.
131. AHN, TRG (D1), cx. 356, Inventário orfanológico de José Julião Brigham.
132. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, pp. 76 e 80.
133. “É um documento legal que regista as obrigações financeiras que o marido assume para com a sua mulher, na sequencia do casamento celebrado entre ambos. Em princípio essas obrigações são impostas pela lei religiosa.” I. Steinhart, “Quetubá ...”, in *Dicionário do Judaísmo Português*, 2009.
134. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 76.

135. Dos três filhos de Ayres Julião Brigham e Esther Cohen Brigham, Marcos é o único que nascera em Lisboa. Os outros dois, Fortunata Brigham e Abraham Julião Brigham, nasceram já em Cabo Verde. Cf. Serels, *Jews of Cape Verde*, p. 110.
136. B.O.C.V. nº 47, 1912, cit. por C. Correia (1998), p. 72.
137. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II, p. 448.
138. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II, p. 448.
139. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II, p. 448.
140. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II, p. 448.
141. <https://cip.org.br>
142. “Os ashkenazim não têm o costume de dar à criança nome de parentes vivos”, <https://cip.org.br>
143. Em 1862, o casal já vivia na Ribeira Grande de Santo Antão. Ângela Benoliel Coutinho atesta o fato, ao referir-se a um conflito entre Esther Brigham e Simy Azancot que repartiam, juntamente com os seus maridos a mesma casa na Ribeira Grande. “Judeus Marroquinos...”, p. 83.
144. AHN\A\SR:D\009, fls. 116, cit. por C. Correia, *Presença de Judeus em Cabo Verde* p. 27.
145. C. Correia, *Presença de Judeus em Cabo Verde*, p. 83.
146. B.O.C.V. nº 17 (Suplemento), 1867.
147. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 80.
148. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 76.
149. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II, p. 448. Serels confirma os dados de Abecassis, quanto a Marcos Julião Brigham: “(...) he was married in Lisbon to Camilda (Jamilla) Bentubo Wahnnon (sic!) who was born in 1876 in Lisbon to Abraham Wahnnon.” Cf., *op. cit.*, p. 105.
150. C. Correia, *Presença de Judeus em Cabo Verde*, p. 81.
151. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 76.
152. B.O.C.V. nº 17 (Suplemento), 1867.
153. C. Correia, *Presença de Judeus ...*, p. 81.
154. AHN, *Registo Civil de São Vicente*, cx, 14, Assentos de Casamento, freguesia Nossa Senhora da Luz, Peça 81, 10 de janeiro de 1894 a 9 de novembro de 1895.
155. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II, p. 448 e vol. III, p. 594.
156. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II, p. 448.
157. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. III, p. 594.
158. Informação de Luís Almeida Santos.
159. “A circuncisão é realizada através de um “Mohel”, homem temente a D’us, cumpridor dos preceitos judaicos e versado na prática da circuncisão, conforme as leis da Torá”. https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/618835/jewish/Brit-Mil-Circunciso.htm
160. B.O.C.V. nº 11, 1868.
161. M. Serels, *Jews of Cape Verde ...*, p. 110.
162. José Maria Abecassis, dá como filhos do casal, Abraham, nascido em 1868, em Gibraltar e Raquel, em 1869, em Lisboa (*op. cit.*, vol. I, p. 461). No entanto, não se refere a Bidy, que também nasceu em Lisboa, nem a Rica, também filhas de Marcos e Simy Auday.
163. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, p. 460.
164. Moses Auday, faleceu na cidade da Praia, a 9 de maio de 1886.
165. B.O.C.V. nº 37, 38, 1882.
166. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II, p. 330.
167. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, p. 460.
168. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. IV, p. 158.
169. B.O.C.V. nº 6, 1871.
170. Croqui gentilmente fornecido pela *Cape Verde Jewish Heritage Project*.
171. B.O.C.V. nº 37, 1871.

172. Contadoria da Junta da Fazenda Pública da Província de Cabo Verde, B.O.C.V. nº 171, 1847.
173. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. II, p. 448.
174. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. IV, p. 158.
175. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. II, p. 511.
176. B.O.C.V. nº 169, 1855.
177. B.O.C.V. nº 9, 1883.
178. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. II, p. 511.
179. Embora Ângela Benoliel Coutinho afirme ser Simy mulher de James Azancot ("Judeus Marroquinos..." , p. 76), pensamos ser Abrahão o marido, já que James (ou Jayme) Azancot, segundo J.M. Abecassis, era casado com Esther Benafrim (*Genealogia Hebraica* ..., vol. I, p. 475).
180. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. II, p. 511.
181. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. II, p. 506.
182. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. II, p. 506.
183. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. II, p. 330.
184. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. II, p. 331.
185. B.O.C.V. nº 11, 1868.
186. B.O.C.V. nº16 (Suplemento), 1879.
187. B.O.C.V. nº 16 e 36, 1879.
188. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. I, p. 359
189. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. IV, p. 157.
190. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. I, p. 367.
191. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. I, p. 366.
192. B.O.C.V. nº. 19, 1882.
193. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. I, p. 366.
194. A. Coutinho, "Judeus Marroquinos ..." , p. 76.
195. C. Correia, *Jews of Cape Verde* ..., p. 76.
196. B.O.C.V. nº 19, 1882 e B.O.C.V. nº 4, 1906.
197. <http://www.barrosbrito.com/7046.html>.
198. <http://www.barrosbrito.com/10102.html>.
199. AHN, Registo Civil da Praia, cx nº 25, Assentos de Batismos, freguesia de São Nicolau Tolentino, Peça nº 10, 30 maio 1879-24 junho 1882.
200. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. III, pp. 257-258.
201. A. Coutinho, "Judeus Marroquinos..." , p. 48.
202. A. Coutinho, "Judeus Marroquinos ..." , p. 40.
203. A. Coutinho, "Judeus Marroquinos ..." , p. 13
204. Ignes de Barros Monteiro e Paula da Conceição Monteiro
205. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica* ..., vol. I, p. 369.
206. AHN, Registo Civil da Praia, cx nº 63, Assentos de Casamentos, freguesia de Santo Amaro Abade, Peça nº 1, Fevereiro a Junho de 1888.
207. O irmão mais velho de David, Naturino de Melo Alves é quem faz o registo em 26 de dezembro de 1913. AHN, *Tribunal da Praia*, cx 297, Inventário Orfanológico de Benjamim Alves (1918).
208. AHN, *Tribunal da Praia*, cx 297, Inventário Orfanológico de Benjamim Alves (1918).
209. AHN, *Tribunal da Praia*, cx 297, Inventário Orfanológico de Benjamim Alves (1918).
210. C. Correia, *Judeus de Cabo Verde*, p. 103.
211. C. Correia, *Judeus de Cabo Verde*, p. 103; <http://www.barrosbrito.com/10392.html>
212. C. Correia, *Judeus de Cabo Verde*, p. 124; <http://www.barrosbrito.com/15292.html>
213. <http://www.barrosbrito.com/15292.html>; *O Independente*, nº 28, 7 de fevereiro, 1913.
214. <http://www.barrosbrito.com/15292.html>; <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C95G-BFFG?cc=2246703>

215. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. IV, p. 162; <http://www.barrosbrito.com/10390.html>.
216. Informação de Luis Almeida Santos. Tiveram uma filha: Arleth Wahnnon Benoliel de Carvalho. Cf. <http://www.barrosbrito.com/8773.html>.
217. <http://www.barrosbrito.com/9878.html>.
218. *A Liberdade*, nº 4, domingo, 20 de abril de 1902, Suplemento nº 40.
219. Aurélio Martins é o autor da notícia, *Ibidem*.
220. <http://www.barrosbrito.com/15839.html>.
221. Informação prestada por Luis de Almeida Santos.
222. <http://www.barrosbrito.com/9879.html>.
223. Informação prestada por Luis de Almeida Santos.
224. <http://www.barrosbrito.com/8893.html#1>.
225. <http://www.barrosbrito.com/12399.html>.
226. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 37.
227. <http://www.barrosbrito.com/8893.html>; <http://www.barrosbrito.com/8894.html>.
228. C. Correia, *Judeus de Cabo Verde...*, p. 83.
229. <http://www.barrosbrito.com/8893.html>; <http://www.barrosbrito.com/8894.html>.
230. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, pp. 359-360.
231. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, p. 360.
232. Ângela Benoliel cita Elias Anahory como um dos “investidores” do Mindelo de finais do séc. XIX e inícios do XX, “Judeus Marroquinos...”, p. 61.
233. B.O.C.V. nº 20, 1864.
234. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, p. 363.
235. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, p. 364.
236. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, p. 363.
237. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, p. 364.
238. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, p. 375.
239. José Maria Abecassis esclarece: “Quando Simão Anahory tinha 52 anos esteve gravemente doente, em perigo de vida, pelo que, a 5.12.1899, pelas 8h da manhã na Sinagoga «Es-Haim 2ª», sita no Beco dos Apóstolos, 6º-2ª, em Lisboa, se celebraram preces suplicantes ao Altíssimo pelo seu restabelecimento. E nesse ato solene, e segundo os preceitos do rito hebraico, ficou-se chamando Raphael Simão Anahory, o que teve lugar com a anuência da respectiva família”, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, p.368.
240. <http://www.barrosbrito.com/12396.html#1>.
241. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, pp. 369-370.
242. J. Abecassis, *idem*. Ângela Benoliel Coutinho faz alusão a este fato, in “Judeus Marroquinos...”, p. 86.
243. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, pp. 369-370.
244. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, p. 370.
245. B.O.C.V. nº 35, 1876 e B.O.C.V. nº 35, 1877 (Leão); B.O.C.V. nº 36, 1879 (Joseph e Simy); B.O.C.V. nº 36, 1880 (Joseph e Simy); B.O.C.V. nº 35, 1884 (David); B.O.C.V. nº 34, 1885 (David e Salomão).
246. B.O.C.V. nº 41, 1876 (Abraão Augusto Esaguy), B.O.C.V. nº 40, 1877 (Joaquim Augusto Esaguy); B.O.C.V. nº 37, 1883 (Isaac Augusto Esaguy). Sublinhe-se a excelência de Isaac Augusto Esaguy, nos estudos do primeiro grau, o que lhe valeu um prémio e uma homenagem concedida “aos alunos que mais se distinguiram” no ano de 1883, pela Camara Municipal de São Nicolau, B.O.C.V. nº 47, 1883.
247. Isaac Augusto Esaguy foi aprovado *nemine* tanto no português como no de francês, como aluno externo, no 2º ano, Movimento literário dos alunos do Seminário liceu de Cabo Verde do ano letivo de 1 de agosto de 1886 a 31 de julho de 1887, in B.O.C.V. nº 37, 1887.
248. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II, p. 710 e sgs.
249. Segundo João Manuel Nobre de Oliveira, a escola de educação para meninas fundada, em 1844, por Mme Macaulay, na ilha da Boa Vista, funcionou no Rabil até 1879 sendo, a partir desta

data, transferida para a vila de Sal Rei, in “*A Imprensa Cabo-Verdiana 1820-1975*”, Fundação Macau, Direção dos Serviços de Educação e Juventude, 1998, p. 56.

250. Simy foi uma aluna com 20 valores mas tanto ela como Alegria Bohana ficaram entre as três estudantes meninas “*que mais se distinguiram, no ano lectivo de 1889-1880*”, B.O.C.V. nº 36, 1880.

251. B.O.C.V. nº 17, 1879.

252. B.O.C.V. nº 36, 1879. Ao invés de Elisa, seria Ernestina?

253. <http://www.barrosbrito.com/10388.html>.

254. <http://www.barrosbrito.com/10957.html>.

255. <http://www.barrosbrito.com/8665.html>; AHN, *Registo Civil de São Vicente*, cx 34, Assentos de Batismos, freguesia de Santa Isabel da ilha da da Boa Vista, Peça 6, 18 de dezembro de 1882 a 24 de dezembro de 1883.

256. <http://www.barrosbrito.com/10958.html#1>; AHN, *Registo Civil de São Vicente*, cx 34, Assentos de Batismos, freguesia de Santa Isabel da ilha da Boa Vista, Peça 2, 9 de abril a 9 de dezembro 1877.

257. AHN, *Registo Civil de São Vicente*, cx 34, Assentos de Batismos, freguesia de Santa Isabel da ilha da da Boa Vista, Peça 5, 25 de fevereiro de 1881 a 27 de novembro de 1882.

258. <http://www.barrosbrito.com/15157.html>; AHN, *Registo Civil de São Vicente*, cx 34, freguesia de Santa Isabel da ilha da da Boa Vista, Peça 8, 01 de janeiro de 1887 a 18 de maio de 1889.

259. <http://www.barrosbrito.com/15158.html>; AHN, *Registo Civil de S. Vicente*, cx 34, freguesia de Santa Isabel da ilha da Boa Vista, Peça 8, 01 de janeiro de 1887 a 18 de maio de 1889.

260. B.O.C.V. nº 27, 1879.

261. Relação das pessoas que na ilha de São Vicente, subscreveram para a construção de uma igreja na cidade da Praia, 7 de abril de 1879, B.O. 16 (Suplemento), 1879.

262. «Junta de Saúde pública - Relatório do serviço da delegação da junta de saúde na ilha de Santo Antão, relativo ao ano de 1873, apresentado pelo Dr. Francisco Frederico Hopffer», B.O. C.V. nº 35, 1874.

263. Leão Benoliel morreu aos 46 anos, acidentalmente em Lisboa, no dia 5 de outubro de 1910, no estado de solteiro, B.O.C.V. nº 49, 1910.

264. C. Correia, *Judeus de Cabo Verde ...*, p. 95.

265. <http://www.barrosbrito.com/15260.html#3>; AHN, *Registo Civil de São Vicente*, cx. 58, Assentos de Casamentos, freguesia de Santa Isabel da Ilha da Boa Vista, Peça 33, 18 de janeiro a 28 de julho de 1900.

266. C. Correia, *Judeus de Cabo Verde ...*, p. 163; Inventário do Património Cultural Imóvel do Instituto do Património Cultural, Cabo Verde; B.O.C.V. nº 48, 1911.

267. B.O.C.V. nº 48, 1911.

268. <http://www.barrosbrito.com/8773.html>.

269. C. Correia, *Judeus de Cabo Verde ...*, p. 95; <http://www.barrosbrito.com/8539.html#1>; AHN, *Registo Civil de São Vicente*, cx. 58, Assentos de Casamentos, freguesia de Santa Isabel da Ilha da Boa Vista, Peça 31, 3 de janeiro a 21 de dezembro de 1898.

270. B.O.C.V. nº 50, 1893.

271. C. Correia, *Judeus de Cabo Verde ...*, p. 124.

272. A. Coutinho, “*Judeus Marroquinos...*”, p. 78.

273. C. Correia, *Judeus de Cabo Verde ...*, p. 72

274. B.O.C.V. nº 12, 1912.

275. ACRG, *Autos de Liquidação de contribuição de Registo por título gratuito por óbito de Gertrudes Felicidade Silva – Vila da Ribeira Grande (1829-1933)*.

276. AHN, *Registo Civil de Santo Antão*, cx. 29, Assentos de Óbitos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, 01 jan-31 dez 1883, nº 136.

277. ACRG, *Administração do Concelho da Ribeira Grande*, Registo de Bilhetes de Identidade (diploma Legº nº 197 de 8 – 5 -1929).

278. ACRG, *Autos de Liquidação de contribuição de Registo por título gratuito por óbito de Gertrudes Felicidade Silva*, Vila da Ribeira Grande (1829-1933).
279. AHN, *Registo Civil da Praia*, cx. 63, Assentos de Casamentos, freguesia de Santo Amaro Abade, Peça 1, fevereiro a junho de 1888.
280. B.O.C.V. nº 33,1917; Cláudia Correia 1998, p. 36.
281. <http://www.barrosbrito.com/7046.html>.
282. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. IV, p. 44.
283. <http://www.barrosbrito.com/13744.html>.
284. C. Correia, *Judeus de Cabo Verde ...*, p. 107.
285. David Azancot e Maria da Conceição Pereira são pais de Pedro David Azancot, nascido em São Nicolau. Cf. <http://www.barrosbrito.com/15400.html>; <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-L974-DHC3>, AHN, *Bilhetes de identidade*, Praia, ACP-Lv 357, 1945-1950.
286. J. Abecassis, *Judeus de Cabo Verde ...*, vol. II, p. 330.
287. AHN, *Registo Civil de São Vicente*, cx.14, Assentos de Casamento, freguesia Nossa Senhora da Luz, Peça 81, 10 de janeiro de 1894 a 9 de novembro de 1895.
288. AHN, *Registo Civil de São Nicolau*, cx. 1, Assentos de Batismos, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Peça 1 06 de novembro de 1842 a 03 de agosto de 1852; Peça 2, 11 de Setembro de 1852 a 20 de março de 1864; Peça 3 10 de abril de 1864 a 18 de julho de 1866; AHN, *Registo Civil de São Nicolau*, cx. 9, Óbitos Nossa Senhora do Rosário, Peça 46, 13 de julho de 1855 a 26 de maio de 1865.
289. Ângela Benoliel Coutinho refere-se às circunstâncias em que o direito talmúdico permite a bigamia “por parte do marido”, “*sendo a esposa considerada estéril; para assegurar o exercício do lévirat, que consiste na obrigação por lei de o irmão de um falecido casar-se com a cunhada viúva que não tivesse filhos, de modo a garantir-lhe uma posteridade; quando o marido, encontrando-se longe da esposa, não podia juntar-se a ela por razões de força maior; por fim, quando a esposa estava doente e impossibilitada de manter relações conjugais íntimas*”, “*Judeus Marroquinos....*”, p. 23.
290. José Maria Abecassis, *op. cit.*, vol. IV, p. 157.
291. *Ibidem*.
292. *Ibidem*.
293. José Maria Abecassis, *op. cit.*, vol. IV, p. 158.
294. Luis de Almeida Santos.
295. <http://www.barrosbrito.com/5444.html>.
296. ACRG, *Atas da Câmara da Ribeira Grande 1926-1934*; ACRG, *Administração do Concelho da Ribeira Grande – Registo de Bilhetes de Identidade* (diploma Legº nº 197 de 8 – 5 -1929; Jornal); *Notícias de Cabo Verde*, nº 173, de 1º de agosto de 1938 e nº 179, de 15 de setembro de 1938.
297. José Maria Abecassis, *op. cit.*, vol. IV, p. 157.
298. *Notícias de Cabo Verde*, nº 179, de 15 de setembro de 1938.
299. C. Correia, *Judeus de Cabo Verde ...*, p. 123.
300. AHN, *Registo Civil da Praia*, cx. 25, Assentos de Batismos, freguesia de S. Nicolau Tolentino, Peça 10, 30 de maio de 1879 a 24 de junho de 1882.
301. <http://www.barrosbrito.com/14273.html>; AHN, *Registos Civis da Praia*, cx. 63, Assentos de Casamentos, freguesia de Santo Amaro Abade, Peça 1, fevereiro a junho de 1888.
302. AHN, *Assentos de Batismo...*, cópia gentilmente cedida por Flávio Delgado.
303. AHN, *Tribunal da Praia*, cx. 297, Inventário Orfanológico de Benjamim Alves (1918).
304. Benjamim Alves e Emília de Melo haviam-se divorciado seis meses antes de ele vir a falecer. A sentença tinha sido dada “*em 1 de julho do corrente e transitava em julgado mas sem que tivesse ainda sido requerido o competente inventário para divisão dos bens do casal*”. AHN, *Tribunal da Praia*, cx. 297, Inventário Orfanológico de Benjamim Alves (1918).
305. O reconhecimento dos filhos ilegítimos era feito, mediante uma nota secreta “*nos termos do artº 289 do regulamento do Registo Civil*”. No caso em concreto, Juvêncio, nascido antes do casamento

de Benjamim, era o único que não era reconhecido mas, mesmo ele, por ter provado a filiação, foi também considerado herdeiro. AHN, *Tribunal da Praia*, cx. 297, Inventário Orfanológico de Benjamim Alves (1918).

306. AHN, *Tribunal da Praia*, cx 297, Inventário Orfanológico de Benjamim Alves (1918).

307. Data de fins de 1845, a primeira referência que encontramos a respeito de Joseph Abitbol, na ilha de São Nicolau, B.O.C.V. nº 130, 1846.

308. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 56.

309. “Relação dos europeus falecidos nesta província, e cujas comunicações foram recebidas nesta Secretaria Geral, desde 11 de Setembro do ano passado [1880]”, in B.O.C.V. nº 22, 1881.

310. AHN, Registo Civil de São Nicolau, cx 1, Assentos de Batismos, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Peça 1, 06 de novembro de 1842 a 03 de agosto de 1852; Peça 2, 11 de setembro de 1852 a 20 de março de 1864; Peça 3, 10 de abril de 1864 a 18 de julho de 1866.

311. Em vários assentos de baptismo em que ela serve de madrinha, Maria das Neves Spencer é sempre referida como “solteira”. Cf. *Ibidem*.

312. *Ibidem*.

313. *Ibidem*.

314. C. Correia, *Judeus de Cabo Verde ...*, p.102. A autora engana-se, entretanto, no nome de uma das filhas. Trata-se de Francisca, ao invés de Maria das Neves d'Oliveira que é sua neta, filha de Júlio.

315. “Relação do movimento literário dos alunos do seminário-liceu de Cabo Verde, no ano lectivo de 1 de julho de 1876 a 30 de junho de 1877”, in B.O.C.V. nº 40, 1877.

316. “Relação dos europeus falecidos nesta província, e cujas comunicações foram recebidas nesta Secretaria Geral, desde 11 de Setembro do ano passado [1880]”, in B.O.C.V. nº 22, 1881.

317. B.O.C.V. nº 27, 1874.

318. “Relação dos europeus falecidos nesta província, e cujas comunicações foram recebidas nesta Secretaria-Geral, desde 11 de Setembro do ano passado [1880]”, in B.O.C.V. nº 22, 1881.

319. João Nobre de Oliveira, (2010), p. 102.

320. Mordechai Auday ocupa o túmulo nº 5 no Cemitério judaico de Ponta do Sol. V. Croqui gentilmente fornecido pela *Cape Verde Jewish Heritage Project*. Cf. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I., p. 460.

321. Cf. C. Correia, *Judeus de Cabo Verde ...*, p.83, e A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 46.

322. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. IV., p. 157.

323. Cf. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II., p. 447.

324. B.O.C.V. nº 30, 1872.

325. AHN, *Tribunal da Praia* cx 342, Autos de Inventário de menores em que é inventariado Hillel Benchimol e inventariante Aureliano Lopes do Livramento, 18 de julho de 1907. Reginaldo Jonas Heller, citando Wolff, Egon e Frieda (*Crônicas ...*), reproduz um caso similar acontecido com Samuel Levy, “comerciante e senhor de escravos em Cachoeiro de Itapemirim, no Brasil, desde 1856, [que] afirmou no seu testamento, feito em 1897, que “professo a religião judaica em cuja fé tenho vivido. Sou solteiro e não tenho herdeiros necessários... [mas] Reconheço como meus filhos, como nascidos fossem de legítimo matrimónio, os seguintes: Alfredo Levy, filho de Deolinda e Carlos Levy, filho de Jacinta”, *Judeus no Eldorado ...*, p. 148.

326. *Ibidem*.

327. *Ibidem*.

328. <http://www.barrosbrito.com/5946.html>.

329. AHN, *Tribunal da Praia*, cx nº 342, Autos de Inventário de menores em que é inventariado Hillel Benchimol e inventariante Aureliano Lopes do Livramento, 18 de julho de 1907.

330. AHN, *Tribunal da Praia*, cx 297, Inventário Orfanológico de Benjamim Alves (1918).

331. AHN, TRG, cx. 356, Inventário orfanológico de José Julião Brigham.

332. B.O.C.V. nº 41, 1866.

333. B.O.C.V. nº 46, 1867.
334. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 63.
335. <http://www.barrosbrito.com/13510.html>.
336. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 78.
337. C. Correia, *Judeus de Cabo Verde ...*, p. 177.
338. Citado por J. Oliveira, “A presença judaica ...”, p. 101.
339. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 1.
340. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II., p. 711.
341. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II., p. 723.
342. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 58.
343. B.O.C.V. nº 17, 1881.
344. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. II., pp. 710-711.
345. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 63.
346. AHN, *Assentos de Batismo....* cópia gentilmente cedida por Flávio Delgado.
347. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 39.
348. Idem, *ibidem*.
349. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 81, citando S. Benchimol, *Eretz Amazônia ...*, p.97.
350. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 82.
351. J. Abecassis, *Genealogia Hebraica ...*, vol. I, pp. 475-476.
352. A. Coutinho, “Judeus Marroquinos...”, p. 37.
353. «Junta de Saúde Pública - Relatório do serviço da delegação da junta de saúde na ilha de Santo Antão, relativo ao ano de 1873, apresentado pelo Dr. Francisco Frederico Hopffer», B.O. C.V. nº 35, 1874.
354. *Ibidem*.
355. Repartição de Saúde – Relatório, relativo ao ano de 1874, apresentado pelo dr. F.F. Hopffer (ilha de Santo Antão), B.O.C.V. nº 34, 1875
356. Relatório do Concelho da Vila da Ribeira Grande da ilha de Santo Antão, João Simões Afra, Administrador do concelho, B.O.C.V. nº 42, 1881.

RESUMOS

Este artigo tem como objectivo estudar as práticas de preservação da memória judaica em Cabo Verde, através da releitura do património tumular hoje existente, resultante da imigração de hebreus marroquinos e gibraltinos, ocorrida no século XIX. A nossa démarche, palmilhada em contramão, consiste em ir da morte à vida, dos túmulos à cultura mortuária, dos testamentos à biografia dos testadores.

The objective of this article is to study the practices of the jewish's memory, preservation in Cabo Verde, through the re-lecture of the tomb stones patrimony still existant today, as a result of the hebrews morrocan's and gibraltar's immigration, that took place in the XIX century. Our demarche consists in going from death to life, from the tombe stones to mortuary culture, from the wills to the biography of testators.

ÍNDICE

Keywords: Cabo Verde, jewish diaspora, tomb stones, cemiteries, families

Financiamento <http://dx.doi.org/10.13039/501100005635>

Palavras-chave: Cabo Verde, diáspora judaica, túmulos, cemitérios, famílias

AUTOR

ZELINDA COHEN

Doutoranda em História na FLUL; Instituto do Património Cultural - Cabo Verde
cohenzelinda2021@gmail.com